

Governo vai corrigir tabela do IR em 3%

O governo concordou em reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 3% no dia 1º de janeiro próximo e outros 3% em 2008. A informação foi passada pelo relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp. Salário mínimo pode subir para R\$ 375.

PÁGINA 3

Composição de nova CPI das ONGs sai até quarta

PÁGINA 16

Mudanças no processo civil facilitam cobrança

PÁGINA 13

Comissão vota na terça projeto da Super-Receita

PÁGINA 9



Medicamentos subsidiados são vendidos em farmácias comuns; para Ipea, investimentos públicos em saúde ainda são insuficientes

Poucos recursos e muitos gastos em saúde

A saúde ocupa o quarto lugar entre as despesas das **famílias** brasileiras, atrás apenas de habitação, alimentação e transporte. Diante disso e tendo em vista a **limitação** de recursos para o setor, o Senado debate prioridades de investimentos públicos, entre elas os repasses aos **hospitais**, em discussão

na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e a distribuição de **medicamentos**, abordada em propostas em tramitação. A CAS também aprovou substitutivo aos projetos que definem o campo da **medicina**, encerrando o impasse nas negociações entre médicos e demais **profissionais** de saúde.

PÁGINAS 4 A 8

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 9



Senado Debate Brasil: para especialistas, é preciso modernizar a legislação relacionada ao terceiro setor. Eles também cobram mais clareza jurídica nas relações com o Estado

Fórum realizado no Senado discute perspectivas do terceiro setor

PÁGINAS 14 E 15

cidadania

Manter criança segura exige educação e disciplina

Cerca de 80 mil pessoas por ano sofrem intoxicação no país e 25% delas são menores de cinco anos. Nesta edição, o *Especial Cidadania* traz a segunda e última parte da reportagem com dicas para evitar acidentes com crianças, como intoxicações, quedas, queimaduras, acidentes com arma de fogo e asfixia.

PÁGINA 24

ORÇAMENTO Executivo pode aceitar salário mínimo de R\$ 375, conforme previsto em projeto enviado ao Congresso

CMO deve fazer esforço concentrado nesta semana

Para tentar esgotar a pauta de projetos pendentes, além de concluir o exame dos dez relatórios setoriais referentes ao projeto de lei orçamentária para 2007, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve fazer esforço concentrado nesta semana. O presidente do colegiado, deputado Gilmar Machado, programou atividades para terça-feira, em reuniões à tarde e à noite, e de quarta a sexta-feira nos três turnos. Sem registro do mínimo de 28 parlamentares, Machado ficou sem condições de abrir a reunião programada para a manhã da quinta-feira passada. O deputado informou que seriam contabilizadas as faltas. Ao evidenciar que estaria ocorrendo obstrução, advertiu ainda que pedirá a substituição dos que ultrapassarem os limites de faltas previstos no regimento – três seguidas e seis alternadas.

Reestimativa de receita permite incluir despesas extras

O resultado da reestimativa das receitas previstas no projeto de lei orçamentária para 2007 vai permitir ao Congresso incluir despesas extras de até R\$ 9,773 bilhões na proposta. Esse é o valor líquido decorrente de uma revisão para mais em R\$ 11 bilhões na arrecadação federal do ano que vem, depois das transferências obrigatórias para estados e municípios, de acordo com relatório do Comitê de Avaliação de Receitas que assessora a Comissão Mista de Orçamento. Os números foram divulgados na terça-feira pelo relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp. Ele adiantou que R\$ 700 milhões vão ficar em reserva para cobrir o reajuste de 5% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), conforme defendido pelo relator.

Governo vai corrigir tabela do IR em 3% em janeiro

O governo concordou em reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 3% no dia 1º de janeiro próximo e outros 3% em 2008. A informação foi dada pelo relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele esteve reunido pela segunda vez com a equipe econômica no final da quarta-feira, quando recebeu a comunicação.

Raupp, junto com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), vinha pressionando o Executivo a conceder o reajuste desde a semana passada. A proposta inicial do relator previa dois reajustes, de 5% cada. O governo fez a contraproposta de 3%, próximo da inflação deste ano.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ponderou que o

governo não tem dinheiro para uma correção mais elevada. Além disso, argumentou o ministro, fica difícil corrigir a tabela do IRPF acima da inflação em um ano em que o salário mínimo terá apenas a inflação mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*.

Gilmar Machado informou que o governo aceitou manter o salário mínimo em R\$ 375, como havia previsto no projeto do Orçamento enviado ao Congresso. Há menos de dez dias, Paulo Bernardo afirmara



Machado (E), Raupp, Bernard Appy, da Fazenda, e Jorge Rachid, da Receita

que, para cumprir a lei, o mínimo deveria ficar menor – R\$ 367. O relator-geral do Orçamento insistiu nos R\$ 375.

Valdir Raupp reservou dinhei-

ro no Orçamento de 2007 para bancar a perda de arrecadação proveniente da correção da tabela do IRPF – cerca de R\$ 700 milhões.

Aprovadas mudanças na tramitação do Orçamento

Depois de sete meses de impasse, o Plenário do Congresso aprovou na noite de terça-feira substitutivo a projeto de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR) que faz mudanças no rito de discussão e votação do projeto do Orçamento federal pelos deputados e senadores. O objetivo é tornar mais transparente a discussão e a apresentação de emendas ao Orçamento, além de fechar algumas brechas que podiam dar

margem a fraudes.

Uma das mudanças impede a apresentação de emendas de bancadas redigidas de forma genérica. A CPI dos Sanguessugas recomendou essa proibição, alegando que o esquema de fraudes na compra de ambulâncias foi iniciado por este caminho.

Assim, as bancadas não poderão mais, por exemplo, apresentar emendas destinando dinheiro federal para “compra de

ambulâncias de prefeituras” em determinado estado. A emenda deve dar o nome da prefeitura, o número de ambulâncias e o valor. Só haverá exceção neste caso se o relator-geral do Orçamento autorizar, no relatório preliminar, uma emenda genérica para alguma área.

Ficou estabelecido que os parlamentares terão de dar informações detalhadas sobre as entidades que vierem a receber dinheiro proveniente de emendas individuais. Assim, eles serão obrigados a informar endereço, nomes de dirigentes, números do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e outros dados dessas entidades. Nenhum deputado ou senador poderá direcionar emendas para entidades das quais eles ou seus cônjuges sejam dirigentes ou sócios.

– A resolução vai evitar futuros problemas no Orçamento votado pelo Congresso – previu o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), autor do substitutivo apresentado ao projeto do deputado Ricardo Barros. O substitutivo foi negociado pelo

líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), com líderes partidários e o próprio Ricardo Barros, que cedeu em alguns pontos para que a matéria fosse aprovada por acordo partidário.

A resolução, que só valerá para a discussão do Orçamento de 2008, corta pela metade o número de parlamentares que integram a Comissão Mista de Orçamento – de 84 para 40. Atualmente, a comissão é tão grande que o governo dificilmente consegue mobilizar metade dos parlamentares para votar alguma matéria sem consenso partidário.

Ficou ainda decidido que haverá rodízio anual de partidos nas relatorias setoriais do Orçamento. Ricardo Barros queria que fosse feito rodízio de todos os integrantes da CMO, mas cedeu ante o argumento do líder Romero Jucá de que a comissão iria perder parlamentares que entendem profundamente de orçamento.

– Partido nenhum será mais dono vitalício das dez relatorias do Orçamento – afirmou Jucá.



Ricardo Barros, Aleluia, Jucá e Walter Pinheiro: depois de sete meses de impasse, Congresso muda rito orçamentário

Siga Brasil recebe prêmio de tecnologia

O sistema de informações Siga Brasil, que apresenta dados sobre o Orçamento da União por meio da internet, recebeu na terça-feira o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Esse sistema foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, em parceria com a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

– O Siga Brasil integrou informações que estavam fragmentadas em vários outros sistemas, que, por sua vez, estavam espalhados por diversos órgãos do

Executivo e do Legislativo – explicou Rita Santos, consultora de Orçamento do Senado.

Além de informações sobre o Orçamento da União, também estão disponíveis no Siga Brasil dados sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as transferências de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas. Segundo Rita, o sistema em breve reunirá dados sobre os contratos de serviços da União com fornecedores privados, os créditos suplementares ao Orçamento e a execução física dos

investimentos do governo federal (como o andamento de obras).

A consultora do Senado ressaltou que essas informações estão disponíveis, gratuitamente, para qualquer pessoa em qualquer lugar do planeta, desde que se tenha acesso à internet.

Rita Santos destacou ainda que, a partir desse sistema de informações, é possível acompanhar a elaboração do Orçamento da União e a sua respectiva execução, pode-se fiscalizar os gastos públicos e também conhecer melhor o desenvolvimento de políticas públicas.

TCU, Banco Central, Casa Civil e ministérios são usuários

Entre os usuários do sistema Siga Brasil – que recebeu na terça-feira o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e das Comunicações – estão o Tribunal de Contas da União (TCU), o Banco Central, a Casa Civil da Presidência, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e duas secretarias do Ministério do Planejamento: a de Orçamento Federal e a de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Devido à demanda, os con-

sultores de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado vêm ministrando cursos para os funcionários dessas entidades, conta Rita Santos, consultora da Casa.

Outro reflexo do uso cada vez mais difundido do Siga Brasil, ressalta ela, é o fato de que esse sistema se transformou em tema de duas disciplinas – uma delas integrante de um curso de pós-graduação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

SAÚDE Novos programas, como o Farmácia Popular, e incrementos no coquetel anti-Aids elevam gastos federais



MARCOS BERGMASCO/SECOM-AT

Distribuição de medicamentos, que já é feita pelo SUS, abre nova frente com o Farmácia Popular

Remédio grátis para quem não pode pagar

Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), feita em 71 países, revela que os brasileiros gastam 19% da renda familiar com saúde. Entre as pessoas de baixa renda, o que mais pesa no bolso são os medicamentos (61% das despesas com saúde). Entre os mais ricos, o maior gasto é com planos de saúde. Segundo a mesma pesquisa, 9,1% dos entrevistados já tiveram que vender bens ou pedir empréstimos para pagar gastos com saúde.

Os números em escala mundial são confirmados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano passado. Pelo estudo, os gastos com saúde ocuparam, em geral, o quarto lugar no orçamento das famílias brasileiras – atrás apenas das despesas com habitação, alimentação e transporte. Já um levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) indicou que 51,7% dos brasileiros abandonam o tratamento médico por falta de dinheiro para comprar os remédios (no Norte e Nordeste, o índice atinge 57,1% e 60,7%).

Por essas razões, a distribuição gratuita de medicamentos tem sido adotada em dezenas de países como uma das mais estratégicas políticas de saúde pública. Esses dados motivaram o governo federal a instituir, em 2004, o programa Farmácia Popular do Brasil (veja reportagem nesta página). Por preços até 90% inferiores aos das farmácias convencionais, elas vendem medicamentos contra as doenças mais comuns em nossa população – dos dez mais procurados, oito são indicados para o tratamento de diabetes e hipertensão. Segundo o mais recente balanço do Ministério da Saúde,

em 234 unidades o programa vendeu 40 milhões de remédios a 6,5 milhões de clientes.

Paralelamente, desde março, o governo fechou parcerias com cerca de 1,2 mil farmácias e drogarias privadas, para que vendam os mesmos medicamentos mais baratos (inicialmente, apenas para hipertensão e diabetes). A medida amplia o universo de beneficiados em mais 11,5 milhões, ainda conforme os dados oficiais.

Os novos programas federais aproximam-se, na prática e nos objetivos, do projeto de lei apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) em abril de 2003. Na pauta de votações desta semana da Comissão de

Maioria suspende tratamento por falta de dinheiro para comprar remédios

Assuntos Sociais (CAS), o PLS 111/03 institui a distribuição gratuita, pelas farmácias e drogarias comerciais, de medicamentos essenciais ou de uso continuado à população carente. Elas seriam reembolsadas integralmente pelo governo. No caso das parcerias com as farmácias privadas, porém, o programa do Ministério da Saúde reembolsa o valor de venda do remédio em até 90%, cabendo os outros 10% ao paciente. Não é a gratuidade total prevista no projeto de Mercadante, mas fica bem perto disso.

O impacto sobre o Orçamento federal é considerável. Este ano, o governo espera gastar R\$ 4,2 bilhões com o programa, bem acima dos R\$ 3,2 bilhões de 2005. Um terço do dinheiro da distribuição de fármacos é destinado aos chamados medicamentos excepcionais (de alto custo e indicados para doenças geralmente raras). Nada menos que R\$ 1 bilhão terá sido gasto em 2006 apenas com os remédios em tratamento contra a Aids.

Ainda assim, são muitas as preocupações quanto ao volume e à continuidade dos investimentos públicos em medicamentos. Um estudo assinado por quatro especialistas, publicado na *Revista de Saúde Pública* em abril passado, advertiu que as despesas com a política de acesso universal ao coquetel anti-Aids aumentaram 66% em 2005 e comprometem investimentos em outras áreas da saúde. Já um documento assinado pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e outras entidades do setor alerta para a “insuficiência dos gastos em saúde no Brasil”, cobrando a aprovação do projeto de lei complementar (PLC 1/03) que vai assegurar o cumprimento de dispositivo constitucional que prevê, pelo governo federal, gastos mínimos de 10% da receita corrente na saúde pública.



Mercadante propõe distribuição gratuita de remédios a carentes cadastrados pelo SUS

Farmácia Popular vendeu 40 milhões a preço baixo

Em 23 de novembro, o Ministério da Saúde inaugurou, em Itaberaba (BA), a 234ª unidade do programa Farmácia Popular do Brasil, que assim atende hoje a 190 municípios em 24 estados e no Distrito Federal, que somam uma população de mais de 60 milhões. Em cerca de dois anos, já venderam mais de 40 milhões de medicamentos. O Farmácia Popular não foi criado para substituir os programas de distribuição de medicamentos já existentes no SUS, que manteve inalterada sua atribuição de garantir o abastecimento da rede pública com remédios essenciais, excepcionais ou estratégicos.

O programa oferece medicamentos que tratam das doenças com maior incidência no país e, neste ano, já consumiu R\$ 72 milhões em recursos do Ministério da Saúde (1,5% da Política Nacional de Medicamentos). Hipertensão, diabetes, úlcera gástrica, depressão, asma, infecções e verminoses são exemplos de doenças para as quais são encontrados medicamentos. Além dessas, estão disponíveis produtos com indicação nos

quadros de cólica, enxaqueca, queimadura, inflamação e alcoolismo. Estão disponíveis, ainda, anticoncepcionais e preservativos masculinos.

Em todo o Brasil, as 234 farmácias funcionam das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, e das 8h às 12h, aos sábados. Para adquirir os medicamentos postos à venda nas farmácias populares, o usuário deve apresentar uma receita médica ou odontológica da rede pública ou particular. As farmácias populares contam com, no mínimo, 95 itens de medicamentos correspondentes a 2 mil unidades ou apresentações comerciais, entre frascos, cartelas, bisnagas, injetáveis e preservativos masculinos.

Os remédios produzidos por laboratórios privados são comprados em licitações (por pregão eletrônico) realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão do Ministério da Saúde e executora do programa. Como os 17 laboratórios oficiais são legalmente dispensados de licitação, a Fiocruz compra diretamente deles. Nos dois casos, os remédios são distribuídos às farmácias populares a baixo custo.

Projeto estende sistema às drogarias privadas

Desde março, 1,2 mil farmácias têm vendido a qualquer cidadão remédios para hipertensão e diabetes com preços até 90% menores, graças a uma extensão do Farmácia Popular. Por meio de parcerias com o Ministério da Saúde, é possível comprar nas drogarias comerciais 200 apresentações diferentes de princípios ativos destinados a combater as duas doenças.

A operação do sistema guarda algumas semelhanças com o proposto pelo senador Aloizio Mercadante no projeto de lei (PLS 111/03) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em novembro do ano passado. O projeto tem parecer favorável do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), e está na pauta da CAS desta semana, em caráter terminativo.

A proposta de Mercadante determina a distribuição gratuita dos remédios a pacientes carentes, cadastrados no SUS, sendo que as farmácias apresentariam a conta das vendas gratuitas ao Banco do Brasil, que por sua vez cobraria do Ministério da Saúde.

No programa Aqui Tem Farmácia Popular, o Ministério da Saúde arca com 90% do valor de cada remédio, com base em uma relação de produtos e preços divulgada em portaria. O paciente paga os outros 10%. O governo não interfere nem no preço de venda já praticado na farmácia nem no estoque de medicamentos.

Se, por exemplo, um remédio custar R\$ 12 na farmácia e seu valor básico estiver definido pelo ministério como R\$ 10, o governo paga R\$ 9 e o paciente, os outros R\$ 3. No caso do preço da farmácia ser igual ao fixado pelo ministério (R\$ 10), o governo paga R\$ 9 e o paciente apenas R\$ 1. Qualquer receita médica pode ser aceita (e não só de médicos do SUS), desde que emitida há, no máximo, 180 dias.

O regime adotado pelo Brasil pretende seguir a experiência de sucesso de países como França, Alemanha, Espanha, Portugal e Canadá. Na França, por exemplo, os descontos variam com as classes terapêuticas e as doenças: 100% para medicamentos de doenças graves, 65% para medicamentos mais consumidos e 35% para os demais. Em Portugal, a mesma fórmula: remédios indispensáveis ou usados em doenças crônicas têm 100% de desconto; no tratamento de doenças graves ou de uso prolongado, 70%; os demais, de valor terapêutico comprovado, 40%.

SAÚDE Ministério da Saúde age em parceria com estados e municípios para evitar o desabastecimento na rede

MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS PELO SUS

Os três programas do Ministério da Saúde distribuem remédios gratuitamente para a população

Atenção básica

A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) inclui, atualmente, 335 fármacos ou princípios ativos, em 523 apresentações farmacêuticas. Os remédios são adquiridos pelo governo federal, em parceria com estados e prefeituras, que estão, desde abril, encarregados de armazenar e distribuir os produtos pela rede do SUS.



Excepcionais

Para o tratamento de 12 enfermidades – entre elas artrite reumatóide, endometriose, hepatite auto-imune e síndrome de Turner – o Ministério da Saúde tem programas de distribuição de medicamentos considerados excepcionais, com alto custo e indicados para doenças raras, cujo tratamento deve ser continuado.



Estratégicos

São utilizados para tratamento das doenças de perfil endêmico, cujo controle e tratamento tenham impacto socioeconômico, entre os quais se enquadram, além do coquetel anti-Aids, tuberculose, hanseníase, endemias focais (cólera, meningite, chagas, etc.) e provisões de sangue e hemoderivados. Esses medicamentos têm a aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e são repassados para os estados.



Descentralização permite a estados e municípios adquirir medicamentos para a atenção básica

Só em 2006, governo gasta R\$ 4,2 bilhões

A Política Nacional de Medicamentos – que consome 11,5% do orçamento total do Ministério da Saúde – tem recebido acréscimos constantes nos últimos anos. Em 2002, os investimentos eram de R\$ 2,1 bilhões. Em 2005, chegaram a R\$ 3,2 bilhões. Este ano, a expectativa é que o orçamento executado chegue a R\$ 4,2 bilhões. Para 2007, a lei orçamentária em discussão no Congresso Nacional prevê R\$ 4,6 bilhões, segundo o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do ministério, Manoel Roberto da Cruz Santos.

Um terço dos recursos federais aplicados na assistência farmacêutica é destinado aos medicamentos excepcionais – de alto custo e indicados para doenças geralmente raras e cujo tratamento deve ser continuado. Os outros dois terços do orçamento são investidos em medicamentos estratégicos (incluídos em programas como DST [doenças sexualmente transmissíveis]/Aids, tuberculose, hanseníase) e os 335 itens da chamada Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) do Sistema Único de Saúde (SUS), que incluem desde antitérmicos e antiinflamatórios até remédios contra hipertensão, asma e diabetes.

Além disso, em abril, o governo federal elevou em 136% o valor *per capita* do repasse mensal de recursos para a compra desses remédios essenciais pelos estados e municípios. Os recursos federais *per capita* subiram de R\$ 1,50 para R\$ 3,75, mas a contrapartida financeira das prefeituras e governos estaduais permaneceu em R\$ 1 por habitante.

Graças a uma política de descentralização adotada pelo Ministério da Saúde, também desde abril os medicamentos da Rename passaram a ser adquiridos diretamente pelas secretarias de Saúde, que além de participarem do pagamento são responsáveis pelo armazenamento e distribuição dos produtos nas unidades do SUS.

Co-financiamento e compra direta

Os programas de distribuição de medicamentos do SUS (*veja quadro*) podem ser de financiamento a estados e municípios, de co-financiamento e de repasse direto dos recursos. O primeiro caso abrange o Programa de Saúde Mental (a União repassa parte dos recursos financeiros e os estados compram a medicação) e de Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica, junto aos municípios (o governo

federal repassa R\$ 1,65 *per capita* ao ano às prefeituras para a compra de medicamentos como analgésicos, antiinflamatórios, vermífugos, antibióticos etc.). Nos casos de municípios integrantes do programa Fome Zero, o valor repassado é de R\$ 2.

Os medicamentos excepcionais são adquiridos pelo sistema de co-financiamento, uma vez que a União repassa recursos aos estados, que precisam complementar esses valores para efetuar a compra dos produtos. Em média, o Ministério da Saúde arca com 80% do valor de referência desses medicamentos excepcionais; os outros 20% ficam a cargo de estados e municípios.

Uma portaria de 2005 permite a aquisição por estados e municípios dos medicamentos para hipertensão, diabetes, asma e rinite. Os demais programas (saúde da mulher, alimentação e nutrição, endemias focais, tuberculose, hanseníase, combate ao tabagismo, insulina e Aids) continuam a receber o repasse direto. O paciente só pode ter acesso a esses medicamentos nas unidades do SUS do seu município, se forem receitados pelo médico durante uma consulta (para evitar fraudes ou automedicação).

Os dez mais procurados nas farmácias populares



1 **Sinvastatina**
(reductor de colesterol)

2 **Omeprazol**
(contra gastrite)

3 **Captopril**
(para hipertensão)

4 **Atenolol**
(para hipertensão)

5 **Enalapril**
(para hipertensão)

6 **Ácido acetilsalicílico**
(analgésico e antitérmico)

7 **Metformina**
(contra diabetes)

8 **Ranitidina**
(contra gastrite)

9 **Nifedipina**
(doenças cardiovasculares)

10 **Mononitrato de isossorbida**
(doenças cardiovasculares)

Hipertensão e diabetes, inimigos mortais

Os remédios contra hipertensão e diabetes são os campeões de vendas nas farmácias populares e também lideram as listas de distribuição gratuita nas unidades do SUS pelo país. Essas duas enfermidades provocam mais mortes do que pneumonia ou do que os óbitos de câncer de mama, próstata e leucemia somados. Todos os anos, mais de 26 mil brasileiros morrem em consequência da hipertensão, enquanto outros 37 mil sucumbem à diabetes.

Estima-se em 16,8 milhões o número de brasileiros, com idade igual ou superior a 40 anos, que sofrem de hipertensão. Desse total, segundo o Ministério da Saúde, apenas 7,7 milhões estão cadastrados no SUS e já recebem os medicamentos gratuitamente. No caso da diabetes, os portadores são cerca de 5 milhões, dos quais 2,6

milhões pacientes do SUS.

Além da grande incidência, ambas as doenças são consideradas prioritárias pelo ministério porque podem levar a outras enfermidades, assinala Dirceu Barbano, coordenador-geral do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde. Em 2005, o SUS gastou R\$ 295,8 milhões com 586,6 mil internações hospitalares por diabetes, hipertensão e suas consequências, como doença cardíaca e renal hipertensiva, infarto e acidente vascular cerebral.

Também no ano passado, o ministério distribuiu 5,6 bilhões de medicamentos para hipertensão e 1,6 bilhão de medicamentos para diabetes, crescimentos de 65,24% e de 124,30%, respectivamente, em relação a 2004.

SAÚDE Números de pesquisador do Ipea mostram que investimento público, além de baixo, financia setor privado

Gasto público com saúde é insuficiente, diz especialista

As principais fontes de financiamento da saúde no Orçamento federal provêm de tributos sobre o faturamento (Cofins) e o lucro líquido das empresas (CSLL) e sobre a movimentação bancária de pessoas físicas e jurídicas (CPMF). A Emenda Constitucional 29/00 definiu patamares mínimos de gastos em saúde tanto para a União como para estados e municípios.

O gasto nacional público e privado em saúde foi de R\$ 118 bilhões em 2003 (cerca de 7,6% do PIB), cabendo ao setor público 45,3% do total, e à União metade desta fatia. Por esta conta, os gastos globais em saúde teriam sido de US\$ 597 *per capita*, enquanto um grupo de países mais desenvolvidos – como Alemanha, Canadá, Holanda e Reino Unido – gastou, na média, US\$ 3.145 *per capita*, algo em torno de 10,8% do

PIB conjunto, como relata Carlos Octávio Ocké-Reis, da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

– Sem entrar no mérito da eficiência da sua gestão, parece haver uma contradição entre o modelo proposto pela Constituição e o nível de gasto público [no setor de saúde]. Em que pese a saúde ser um direito universal e constitucional, o gasto público em saúde no Brasil apresenta uma proporção similar àquela observada no sistema norte-americano, que é um modelo tipicamente liberal – escreveu Ocké-Reis no estudo *Sistemas de saúde comparados: gasto, acesso e desempenho*, de novembro.

Como outro exemplo, ele lembra que o Reino Unido, por exemplo, que apresenta um sistema nacional de saúde menos universal que o SUS, tem uma participação de



Despesas privadas com saúde superam as públicas, apesar de o SUS ser teoricamente universal

85,7% de recursos públicos no total de despesas. O gasto privado em saúde no Brasil somou em 2003 R\$ 64,7 bilhões, dos quais R\$ 41,6 bilhões foram despesas diretas das famílias (excluindo-se os planos de saúde).

Entidades cobram maiores investimentos

– O mercado de planos de saúde brasileiro abrange 25% da população, cobrindo boa parte do mercado formal de trabalho e funcionários públicos. Seu faturamento atual de R\$ 35 bilhões é próximo ao orçamento federal em saúde. O subsistema privado deveria atuar em sinergia com o SUS, em vez de estabelecer com ele uma relação contraditória, seja

no tocante à renúncia fiscal, seja no que se refere ao uso da alta complexidade, seja no que tange ao não-pagamento do ressarcimento ao SUS – avalia o estudioso do Ipea.

Em carta à população, cinco entidades do setor de saúde alertaram para a urgente necessidade de maiores investimentos, alegando que os R\$ 40 bilhões do Orçamento de 2006 representam, por exemplo, menos de um quarto do que está reservado para o pagamento de juros da dívida pública.

– O financiamento do SUS estagnou entre US\$ 120 e US\$ 150 públicos *per capita*, o que representa um gasto, na melhor das hipóteses, de menos de R\$ 1 por dia por habitante, menos do

que em países como Chile, México, Argentina, Panamá e Costa Rica – de acordo com documento de julho passado, firmado pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, entre outras entidades.

Na contramão do discurso do governo, as entidades asseguram que a fonte federal nos gastos públicos em saúde caiu de 60,7% para 49,6% entre 1995 e 2004, enquanto a fatia dos municípios subiu de 39,3% para 50,5%.

– Todas as evidências apontam para a insuficiência dos gastos em saúde no Brasil, seja em relação ao nosso nível de desenvolvimento quanto às demandas existentes – concluem as entidades.

GASTOS NACIONAIS COM SAÚDE em R\$ mil

Gasto	Valor	%	% do PIB	per capita
Gasto público	53.623,90	45,3	3,25	303,17
União	27.181,20	22,96	1,75	153,67
estados	12.224,30	10,33	0,79	69,11
municípios	14.218,50	12,01	0,91	81,39
Gasto privado	64.751,20	54,7	4,16	366,08
seguros médicos privados	23.177,84	19,58	1,49	131,04
gasto direto das famílias	41.573,34	35,12	2,67	235,04
Gasto nacional com saúde	118.375,10	100	7,61	669,25

Fonte: Siops/MS. Notas técnicas 10/04 e 09/05; World Health Report 2006/OMS, IBGE

Grandes números do SUS (*)



(*) Fonte: Esclarecimento Público do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e outras quatro entidades, de julho de 2006. Dados de 2004.

Espiral de custos no Programa anti-Aids preocupa especialistas

A distribuição de medicamentos contra a Aids pelo SUS completou dez anos em 13 de novembro passado. Reconhecido como um dos melhores do mundo, o programa de distribuição do coquetel de drogas para os portadores de HIV e as campanhas de prevenção mudaram o perfil da doença no país. A incidência de morte por Aids caiu de 9,6 óbitos por 100 mil habitantes em 1996 para seis em 2005.

– Na África, temos países variando de 20% a 40% da população afetada. No Brasil, a gente continua abaixo de 1% da população geral – disse à Agência Brasil Mariângela Simão, diretora do Programa de Combate à Aids.

Mas o preço do sucesso é elevado. O governo vai gastar este ano R\$ 1 bilhão com a compra de tais remédios. Em termos nominais, os gastos triplicaram desde 1998. Em 2005, o dispêndio anual médio

por paciente chegou a R\$ 6.124, próximo dos valores máximos que eram registrados quando da implantação do programa, período em que a inclusão de novos remédios e o aumento gradativo de pacientes tiveram peso decisivo.

Tais números acenderam um sinal vermelho entre aqueles que estudam as despesas da saúde pública. Ainda em abril, uma análise assinada por quatro especialistas, entre elas Luciana Teixeira, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), concluiu que a atual política de distribuição gratuita não é sustentável com as atuais taxas de crescimento do PIB, sem que passe a comprometer os investimentos em outras áreas da saúde.

– As despesas aumentaram 66% em

2005, interrompendo a tendência de redução observada no período 2000-2004. Os principais fatores foram o enfraquecimento da indústria nacional de genéricos e os resultados insatisfatórios nos processos

de negociação com empresas farmacêuticas – explica o estudo *Sustentabilidade da política de acesso a medicamentos anti-retrovirais no Brasil*, assinado ainda por Francisco I. Bastos, da Fundação Oswaldo Cruz, e por Alexandre Grangeiro e Paulo Teixeira, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O aumento dos custos está muito ligado ao preço dos remédios produzidos pela própria indústria nacional. Em 2005, diz o estudo, todas as drogas nacionais tiveram seus valores majorados em dólar, exceto

Mesmo os genéricos nacionais subiram de preço em 2005

.....

o Saquinavir. O aumento do preço dos genéricos para Aids no Brasil não encontra paralelo em termos mundiais. Segundo a organização não-governamental Médicos sem Fronteiras, citada pelo mesmo estudo, os preços desses medicamentos foram reduzidos entre 37 e 53%, no período entre 2003 e 2005.

Como decorrência, o peso do programa no conjunto das verbas federais de saúde aproxima-se rapidamente do recorde histórico de 1999 (3,1%) e já está hoje em 2,7%. A economista Luciana Teixeira e seus colegas alertam no estudo que só uma taxa de crescimento do PIB em torno de 6% nos próximos três anos poderia assegurar a manutenção da atual política de distribuição de medicamentos, sem com isso avançar sobre os recursos que seriam destinados a outros programas do ministério.

SAÚDE Comissão consegue pôr fim ao impasse entre médicos e outros profissionais de saúde iniciado em 2002

Regras para medicina passam na CAS

A aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) aos projetos que definem as atividades que compõem o exercício da medicina foi um grande passo para pôr fim ao enfrentamento entre médicos e as diversas corporações profissionais que compõem o setor de saúde, iniciado em 2002, quando dois projetos (PLSs 25/02 e 268/02, dos ex-senadores Geraldo Althoff e Benício Sampaio, respectivamente), foram apresentados no Senado.

O diálogo só foi restabelecido no segundo semestre deste ano, quando a relatora promoveu reuniões com representantes dos médicos, assistentes sociais, biólogos, biomédicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, profissionais de educação física, psicólogos, terapeutas ocupacionais e técnicos em radiologia. Ainda que as negociações tenham avançado e levado o substitutivo a ser aprovado por unanimidade na CAS, persistem descontentamentos entre integrantes de categorias profissionais, que se juntaram no Movimento Nacional Contra o Projeto de Lei do Ato Médico.

Depois de a CAS votar o substitutivo em turno suplementar, o projeto pode, antes de seguir para a Câmara, ser submetido ao Plenário. Ideli Salvatti (PT-SC) já anunciou que vai apresentar recurso, junto com outros oito

senadores, com esse objetivo, por considerar que toda a Casa deve dar sua opinião em assunto tão polêmico.

Como relatora, Lúcia Vânia descarta a possibilidade de haver unanimidade em torno do tema, mas acredita que o projeto deva ser aprovado mesmo que vá a Plenário. “Acredito que chegamos a um texto que não fere o interesse de nenhuma categoria. Quem ganha com isso são os pacientes, que ficam protegidos pela legislação, podendo, inclusive, recorrer em caso de erro médico”, disse.

Com exceção dos médicos, que comemoraram a aprovação, nenhuma categoria ouvida pelo **Jornal do Senado** considerou o texto ideal, mas há o entendimento de que o substitutivo é fruto de um consenso em que todas as partes tiveram que ceder.

Um dos principais pontos que permitiram a aprovação foi a retirada do conceito de “ato médico”, que era malvisto pelos demais profissionais.

Além disso, Lúcia Vânia destacou que a saída foi detalhar as competências privativas dos médicos e as exceções, fazendo com que os limites das profissões ficassem mais claros.

Integrante do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, Mauro Brandão avalia que o substitutivo permitiu o avanço das negocia-



ções quando explicitou as competências no que diz respeito a diagnóstico e cargos privativos (veja quadro), deixando as demais profissões “confortáveis”.

– O substitutivo pôde ser aprovado porque é um texto excelente, que agrada aos médicos e principalmente ao cidadão. A partir da definição do trabalho do médico, define-se o trabalho de toda a equipe de saúde – comemorou.

Atrito evoluiu para diálogo entre profissionais

Acusações entre médicos e demais profissionais de saúde deram a tônica das discussões no início da tramitação dos projetos sobre o “ato médico”, termo pelo qual ficaram conhecidos. A tensão aumentou com a formação de movimentos de abrangência nacional favoráveis e contrários à proposta.

Desde então, as reuniões sobre o assunto no Senado sediaram o enfrentamento acalorado entre os grupos. Na semana passada, na CAS, manifestantes ainda exibiam cartazes com os dizeres “Não ao ato médico” e “Autonomia, sim. Tutela, não!”.

Porém, nos últimos meses, os dois lados, convidados pela relatora do projeto, conseguiram apurar parte das arestas. Tanto que um dos principais frutos da discussão no Senado pode ser a melhoria – mesmo que ténue – do diálogo entre os diversos profissionais da área de saúde.

Ainda que mantenha reservas ao substitutivo aprovado, Monalisa Barros, do Conselho Federal de Psicologia, registrou que as negociações foram produtivas, mas que a categoria vai se reunir em 15 de dezembro para chegar a uma posição final.

– Já se pode dizer que o substitutivo é menos arrogante que

os projetos anteriores, mas ainda contém vícios, como resquícios da hierarquização do setor de saúde pretendida pelos médicos.

Para ela, melhorias só foram possíveis depois que o Conselho Federal de Medicina (CFM) notou que o movimento contrário ao projeto conseguiu reunir 1 milhão de assinaturas: mudou de estratégia e fez concessões.

– Mesmo assim, não obtivemos a segurança necessária para dizer que nossos interlocutores são confiáveis. Não sabemos se eles vão recorrer a outras instâncias

para reconquistar espaços previstos nos projetos iniciais – pondera.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia tem opinião semelhante. Os elogios ao processo

de negociação publicados na sua página na internet dividem espaço com dúvidas acerca do cumprimento dos acordos.

– Foi possível sentar à mesa e identificar as interseções entre as profissões, o que levou, inclusive, à ampliação do conhecimento mútuo das ações dos demais profissionais – observou a presidente da entidade, Maria Teresa Mendonça Rezende.

Ela disse que, no entanto, em 22 de novembro o CFM entrou com ação na Justiça Federal contra a competência do fono-

audiólogo de realizar exames de audiometria. Diante da reação negativa e da discussão “intensa e de alta qualidade” na CAS, observou, o CFM retirou a ação, mas não a má impressão deixada nos fonoaudiólogos. Maria Teresa explicou que “fatos como esse demonstram como os acordos com os médicos ainda se mostram vulneráveis” e que, por isso, sua entidade não firmou apoio ao substitutivo.

O presidente do Conselho Federal de Fisioterapia, José Euclides Poubel, ficou surpreso ao ver que o texto manteve a competência ampla do médico sobre a prescrição de tratamento terapêutico. Segundo ele, nas negociações ficou claro que o médico seria responsável apenas pela prescrição médica. Poubel suspeita de erro ou quebra de acordo, e declarou que não vai descansar antes de modificar o texto em Plenário ou na Câmara.

– O texto não é plenamente satisfatório, mas é um caminho. Já é mais fácil nos acertarmos agora que no passado, quando era necessário fazer movimentos de rua – considerou.

A decisão da CAS, apesar de terminativa, está longe de ser o fim do embate. O processo de discussão vai continuar aberto e as entidades devem manter a sociedade, maior interessada na discussão, mobilizada e atenta para os próximos desdobramentos.

Substitutivo de Lúcia Vânia (E) terá outro turno de votação na CAS. Ideli diz que apresentará recurso para análise do Plenário

Principais pontos do substitutivo da CAS

Atividades privativas do médico

- formulação do diagnóstico nosológico* e respectiva prescrição terapêutica;
- indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;
- indicação e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias;
- intubação e desintubação traqueal;
- definição da estratégia para a ventilação mecânica invasiva, bem como as mudanças necessárias;
- execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral;
- emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos;
- indicação do uso de órteses e próteses, exceto as órteses de uso temporário;
- prescrição de órteses e próteses oftalmológicas;
- determinação do prognóstico de acordo com o diagnóstico;
- indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde;
- realização de perícia médica e exames médico-legais;
- emissão de atestado médico de condições de saúde, deficiência e doença;
- emissão de atestado de óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.

* diagnóstico nosológico: determinação da doença, definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, com a identificação de pelo menos duas das três características: agente causador, grupo de sinais ou sintomas, ou alterações anatômicas ou psicopatológicas.

Não são atividades privativas do médico

- diagnósticos funcional, psicológico, nutricional e ambiental e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva;
- exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular;
- aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com a prescrição médica;
- cateterização nasofaríngea, orotraqueal, esofágica, gástrica, enteral, anal, vesical e venosa periférica, de acordo com a prescrição médica;
- aspiração nasofaríngea ou orotraqueal;
- punções venosa e arterial periféricas, de acordo com a prescrição médica;
- realização de curativo com trauma até o limite do tecido subcutâneo, sem a necessidade de tratamento cirúrgico;
- atendimento à pessoa sob risco de morte iminente.

Cargos privativos do médico

- direção e chefia de serviços médicos;
- coordenação, perícia, auditoria e supervisão vinculadas, de forma imediata e direta, a atividades privativas de médico;
- ensino de disciplinas especificamente médicas;
- coordenação dos cursos de graduação em medicina, dos programas de residência médica e dos cursos de pós-graduação específicos para médicos.

Não são cargos privativos do médico

- chefias de direção administrativa de serviços de saúde.



Fonte: Substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aos projetos de lei que regulamentam o exercício da Medicina.

COMISSÕES

Hospitais apelam por mais recursos

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – realizou, na última terça-feira, audiência pública para debater o valor dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) para os hospitais e estabelecimentos de saúde, em especial aqueles constituídos sem fins lucrativos.

Participaram da discussão, promovida por solicitação do senador Flávio Arns (PT-PR), o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Antônio Brito; e o representante do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor), Jorge Lopes Alberto Fernandes.

José Gomes Temporão explicou que o órgão vem trabalhando num novo modelo de remuneração dos serviços hospitalares – a contratualização.

– Atualmente, os hospitais conveniados ao SUS recebem pelos serviços que prestam através de um valor, que está numa tabela de procedimentos (a cada procedimento, um valor médio). A idéia é substituir gradualmente essa estratégia pelo que nós chamamos de orçamentação global: você define um conjunto de atividades a serem desenvolvidas e o custo dessas atividades. O

hospital, então, pactua essas metas com o gestor local [o secretário municipal de Saúde], assina-se um contrato e o Ministério da Saúde repassa recursos de maneira fixa, e não mais por procedimento – explicou o secretário.

Segundo Temporão, seriam “inúmeras as vantagens” desse novo modelo: o prestador passaria a ter a garantia dos recursos, e não ficaria mais “ao sabor da produção”; para o gestor local, seria importante a possibilidade de definir metas e indicadores; já para a população, esse sistema garantiria uma maior qualidade na prestação dos serviços. Paralelamente, Temporão informou que está previsto reajuste na tabela de procedimentos que deve gerar um impacto de R\$ 132 milhões no orçamento do próximo ano.



Arns frisa importância da regulamentação da Emenda 29 para garantir verbas da saúde

A crise nas santas casas, nas filantrópicas e no Incor

Segundo Antônio Brito, dos 2.100 estabelecimentos de saúde cadastrados na CMB, 56% deles se localizam em cidades do interior do país e são os únicos hospitais desses municípios. De acordo com ele, 64% da renda desses estabelecimentos, que geram cerca de 450 mil empregos diretos e indiretos, vêm do SUS.

– A crise é geral. O problema não é só o financiamento, mas ele é o principal. Os preços praticados cobrem R\$ 60 para cada R\$ 100 dos custos incorridos, no máximo. Além disso, costumávamos receber doações; hoje, isso não acontece mais – comentou o presidente da CMB.

O presidente da CMB solicitou a criação de linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fornecer capital de giro às entidades, a edição de medida provisória que trate do parcelamento de seus débitos previdenciários das santas casas e hospitais e, por fim, chamou a atenção para a importância da regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Jorge Lopes Alberto Fernandes explicou que 80% do financiamento do Incor vêm do SUS. Ele explicou que existe um teto para os repasses do Ministério

da Saúde, mas a demanda pelo atendimento é crescente.

Nos últimos anos, essa demanda se ampliou, especialmente por dois fatores: em 1999, o Incor inaugurou seu Bloco 2, o que, naturalmente, levou ao aumento das atividades. Além disso, segundo Fernandes, houve mudança no perfil da clientela – com pacientes mais velhos, o instituto tem que realizar procedimentos de mais alta complexidade, e o tempo de permanência no hospital, bem como o tempo de utilização das unidades de terapia intensiva, tende a ser maior, o que consome mais recursos.

Senador aponta soluções para o setor

Flávio Arns enfatizou ser fundamental analisar a questão do ponto de vista da população, “que acaba ficando sem o medicamento e sem o atendimento e que tem o direito de se sentir mais segura, mais tranquila”.

– Uma das possíveis soluções é a regulamentação da Emenda 29, para garantir que os recursos que devem ser destinados à saúde não sejam deslocados para outras finalidades. Com essa medida, mais um novo modelo de financiamento, com ênfase em gestão adequada, poderemos melhorar a saúde no Brasil – afirmou o parlamentar.



Presidida por Papaléo (2º à D), subcomissão recebe Antonio Brito (E), Temporão e Fernandes

Proposta regulamenta contribuição assistencial

Representantes de entidades sindicais, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho lotaram, na última quinta-feira, as dependências da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, que pertence à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a chamada contribuição assistencial. Essa contribuição é destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, como assistência médica, odontológica e jurídica.

Os sindicalistas sustentam que, com a aprovação do projeto de Paim (PLS 248/06) – que deverá entrar na pauta desta quarta-feira da CAS, onde receberá decisão terminativa –, será colocado um ponto final nas constantes interferências do Ministério Público do Trabalho, que tem levantado dúvidas, segundo os sindicalistas, sobre a legalidade da cobrança da contribuição, já que ela não está regulamentada em lei.

Conforme Paim, as entidades sindicais vêm enfrentando o que chamou de verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando que chamou de verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando que considera um absurdo. Para

o senador, tal comportamento representa total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical.

Já a representante do Ministério do Trabalho, Shakti Prates Borela, apesar de reconhecer que não existe organização sindical forte sem recursos, deixou claro que o projeto, na prática, cria nova contribuição para os trabalhadores. Segundo ela, qualquer contribuição tem de estar condicionada à negociação coletiva. Criticou também outro artigo da proposta que inclui os servidores públicos como contribuintes.

Mas para os representantes dos trabalhadores, como Gladir Antonio Basso, vice-presidente para a região sul da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e Quintino Marques Severo, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a contribuição assistencial “é vital para a própria sobrevivência do movimento sindical”.

O procurador do Ministério Público do Trabalho, Maurício Correia de Mello, disse que lutar para que seja encontrado consenso para a questão. O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) aproveitou a audiência pública para pedir melhor remuneração nos recursos dos trabalhadores aplicados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Projeto pode dirimir dúvidas quanto à legalidade da cobrança



Shakti Borela (E) e Maurício Correia de Melo foram alguns dos convidados a debater proposta de Paulo Paim (C)

CDH vai discutir conflitos e regularização fundiária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na última quarta-feira requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para a realização de audiência pública destinada a debater os problemas relacionados a conflitos e regularização fundiária urbanos, ligados aos setores da habitação e dos direitos humanos.

A data ainda será marcada. O requerimento de Cristovam, presidente da comissão, prevê que serão convidados para participar da audiência pública a secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Raquel Rolnik; a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho; o coordenador do Movimento Nacional da Luta pela Moradia, Antonio José de Araújo; e ainda a relatora nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada (DhESCA Brasil), Lúcia Maria Moraes.

A CDH aprovou ainda o relatório favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) ao projeto de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que obriga a Fazenda Pública a expedir os documentos de arrecadação de receita tributária em braile, caso isso seja pedido pelo contribuinte ou pelo responsável tributário portador de deficiência visual. A matéria segue agora ao exame do Plenário. O relator Paulo Paim salientou que esse projeto complementar (PLS 204/06), caso se torne lei, poderá facilitar a integração social e a independência de milhões de pessoas portadoras de deficiência visual, que, assim, terão como controlar mais um aspecto de sua vida como cidadãos.

COMISSÕES

Mais capital estrangeiro em aéreas sob discussão

O capital estrangeiro poderá ampliar sua participação no capital votante das empresas de transporte aéreo, passando do atual limite máximo de 20% para 49%. Esse é o teor de projeto apresentado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) e aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta altera o Código Brasileiro de Aeronáutica.

O exame do projeto (PLS 184/04) quase foi adiado por pedido de vista do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele só desistiu da iniciativa depois de obter apoio para que a matéria fosse também submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sem o requerimento, o projeto seguiria direto para a Câmara dos Deputados, uma vez que a CCJ tomara decisão terminativa sobre a matéria.

O senador Paulo Octávio afir-

ma no projeto que, apesar da ampliação proposta por ele, ainda assim estaria assegurado o controle nacional sobre as companhias aéreas.

A abertura do transporte aéreo foi adotada por vários países, argumenta o senador, e a crise atual das empresas do setor torna a medida oportuna. Com as mudanças sugeridas, acrescenta Paulo Octávio, as empresas poderiam atrair capital para se tornarem "mais sólidas e competitivas".

O relator do projeto, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), manifestou apoio às mudanças, observando que a ampliação da participação estrangeira terá grande importância para o "fomento da aviação nacional". Será uma contribuição, disse ele, para a realização de investimentos externos num setor em crise por conta da escassez de recursos.

Foz do Iguaçu ganha fundo de recuperação

O Poder Executivo foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref). O projeto (PLS 181/05), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), teve parecer favorável do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Caso não haja recurso para o Plenário, a decisão seguirá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

O Funref terá o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica do município de Foz do Iguaçu (PR). O fundo será constituído por dotações orçamentárias à conta do Tesouro Nacional, dotações governamentais de origem estadual e municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, e doações de entidades públicas ou privadas – nacionais, internacionais ou estrangeiras.

As disponibilidades financeiras ficarão depositadas em conta única do Tesouro Nacional. O contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) domiciliado no Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido no fundo, na forma prescrita em seu regulamento.

A matéria estabelece também que os agentes operadores do fundo serão instituições financeiras oficiais federais a serem definidas em ato do Poder Exe-



Alvaro Dias pretende estimular empreendimentos produtivos em Foz do Iguaçu, no Paraná

cutivo, que foi ainda autorizado a criar o Grupo Executivo para Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu. Esse grupo terá competência para fixar diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação dos recursos previstos no projeto, quando este se transformar em lei.

A comissão aprovou também parecer relativo a quatro avisos referentes ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, encaminhados pelo Ministério da Fazenda. O relator foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que deu parecer pelo conhecimento da comissão e arquivamento das matérias. Os avisos encaminhados ao Senado informam sobre operações de administração de passivos realizadas pela União no âmbito do referido programa.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Simon (E), Mestrinho, Jucá, Tourinho e Mercadante na comissão: pedido de vista para Super-Receita

CAE vota Super-Receita na terça

Por acordo, os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram adiar para esta terça-feira a votação do projeto que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil – a chamada Super-Receita. Na última terça-feira foi concedida vista coletiva ao parecer favorável ao projeto, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Primeiramente o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ressaltando que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alertou para problemas de inconstitucionalidade no projeto, propôs que ele também fosse examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), foram contra a sugestão. Segundo eles, depois de aprovado na CAE, o projeto será examinado pela CCJ.

Caso a sugestão de Simon fosse aceita, explicou Jucá, a tramitação da proposta seria atrasada ainda mais, pois seria analisada primeiro pela CCJ, depois pela CAE e novamente pela CCJ, para exame das mudanças que necessariamente seriam feitas. O debate foi suspenso com o acordo para a votação nesta terça-feira, com a concordância de Simon.

Conforme Tourinho, seu parecer avançou em alguns pontos,

acordados com o governo no decorrer dos últimos 15 dias.

O projeto (PLC 20/06) funde a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social (SRP) e, segundo Tourinho, promove significativa alteração na organização administrativa do setor de arrecadação e fiscalização de tributos de competência da União.

O órgão a ser criado será dirigido pelo secretário da Receita Federal do Brasil e terá competência para arrecadar, fiscalizar, administrar, lançar e normatizar o recolhimento de quase a totalidade dos impostos e contribuições que cabem à União. Prevê também a possibilidade de fiscalizar contribuições devidas a terceiros que tenham a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições incidentes sobre a remuneração – paga, devida ou creditada – a segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como das contribuições incidentes sobre outras bases a título de substituição, mediante retribuição de 3,5% do total arrecadado, conforme explicou o relator do projeto.

Os procedimentos para re-

distribuição de servidores e transferência de cargos efetivos e em comissão também são disciplinados pelo projeto, além da distribuição de bens imóveis e móveis e dotações orçamentárias do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o novo órgão.

O projeto determina ainda a criação da carreira de auditoria da Receita Federal do Brasil, que seria composta pelos cargos de nível superior de auditor fiscal e de analista técnico, atualmente exercidos pelos auditores da Receita Federal e auditores fiscais da Previdência Social.

O produto das contribuições sociais, constitucionalmente vinculadas ao pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, será mantido em contabilidade e controle próprios e segregados dos demais tributos e contribuições sociais, conforme o projeto. Essas contribuições serão creditadas diretamente no Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Para controle desses recursos, o projeto determina que a Super-Receita deverá prestar contas ao Conselho Nacional de Previdência Social, que administra o sistema previdenciário.

Projeto que institui a Super-Receita muda arrecadação e fiscalização

Preenchimento de cargos deve ser gradual

O projeto que institui a Super-Receita cria 60 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), sendo cinco DAS 3 e 55 DAS 2. Esses cargos têm por objetivo colocar em exercício funcionários nos órgãos que também serão criados: as cinco delegacias e as 60 turmas de julgamento. Tourinho explica, em seu parecer, que esses órgãos são de deliberação interna e de natureza colegiada, com competência para o julgamento em primeira instância dos processos de exigência de tributos e contribuições administrados pela Super-Receita, a serem instalados por ato do ministro da Fazenda, na medida das necessidades do

serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários.

Para estruturar 120 procuradorias seccionais da Fazenda Nacional, serão criados, segundo o projeto, outros 60 cargos DAS 2 e 60 DAS 1. Essas procuradorias serviriam para transferir, para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a consultoria, a representação judicial e extrajudicial e a apuração da liquidez e certeza da dívida ativa da União, relativas às contribuições sociais sob a responsabilidade da Secretaria Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

Além desses, o projeto cria 1.200 cargos efetivos na carreira de procurador da Fazenda Nacional, a serem providos

gradualmente, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, observa Tourinho.

A Super-Receita foi proposta pelo Executivo por medida provisória em 2005, que perdeu eficácia por não ter sido votada pelo Congresso Nacional em tempo hábil. Como acentua Tourinho, o governo garante que, ao reorganizar a administração fazendária da União em um mesmo órgão, o processo de arrecadação de tributos será simplificado e mais eficiente, sem que disso decorra aumento da carga tributária.

Na CAE, o projeto foi discutido em três audiências públicas com especialistas na área tributária e autoridades do setor.

COMISSÕES



Roberto Saturnino (E) deu parecer favorável a projeto de lei de Sibá Machado, que foi acatado pela Comissão de Educação

Instituto regional de pesquisa pode receber mais recursos

Pelo menos 50% dos recursos provenientes da compensação financeira por exploração de recursos minerais atualmente destinados à pesquisa passarão a ser encaminhados a instituições científicas sediadas nas regiões onde os mesmos foram arrecadados. A medida consta do Projeto de Lei do Senado 386/05, do senador Sibá Machado (PT-AC), que recebeu na terça-feira parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

Em defesa da proposta, o senador observa que regiões ricas em recursos naturais, como a Amazônia, geram “enormes volumes” de compensação financeira pelo

seu uso. Grande parte do dinheiro arrecadado para aplicação em ciência e tecnologia, porém, acaba sendo destinada a outras regiões, onde existem, conforme Sibá, instituições de pesquisa “mais influentes”.

O argumento foi aceito pelo relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que lembra ter a Amazônia “fabulosa biodiversidade”. Mas ele apresentou emenda para reduzir a abrangência do texto original, que destinava a instituições regionais de pesquisa parte dos recursos oriundos tanto da exploração mineral quanto de recursos hídricos.

Segundo o relator, as regiões

Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderiam vir a perder dinheiro se fossem mantidos no projeto os recursos hídricos. Isso porque boa parte dos royalties provenientes de exploração desses bens é destinada ao estado do Paraná, onde está localizada a hidrelétrica de Itaipu, maior usina do Brasil.

Atualmente, a lei obriga o repasse ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 4% em compensação pela exploração de recursos hídricos e 2% em compensação pela exploração de minerais. No caso dos primeiros, segundo o parecer aprovado, permanece a

atual obrigatoriedade de destinação de 30% do dinheiro repassado ao fundo para instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto será ainda examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A CE, em decisão terminativa, aprovou também o Projeto de Lei do Senado 241/06, de autoria de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Construção Naval de Cruzeiro do Sul (AC). O projeto teve o voto favorável do relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Prefeituras devem divulgar receita oriunda de convênios

Projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) obriga prefeituras que mantenham convênios com o governo federal a fazer ampla divulgação das liberações dos recursos. Originária da Câmara, a matéria (PLC 5/05) foi relatada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A informação deve ser publicada nos mesmos órgãos em que a prefeitura divulga seus atos oficiais.

O texto foi acolhido com emendas apresentadas pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), uma delas estabelecendo punição aos prefeitos no caso de descumprimento da obrigação de divulgar o recebimento das verbas. Se isso ocorrer, os dirigentes municipais ficam sujeitos ao risco de rejeição de suas contas, crime que pode ser punido inclusive com prisão.

A proposta, que ainda será examinada pelo Plenário, deve ampliar os mecanismos de controle social sobre a gestão dos recursos públicos já contidos na Lei 9.452, de 1997. Essa norma determina que a administração federal notifique as câmaras de vereadores sobre as verbas liberadas para cada localidade. Além disso, obriga as prefeituras a repassar a informação aos partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais locais.



Dante Barone (E), Flávio Arns, Marylin Nogueira, Louise Ribeiro e José Luiz Rubinato na audiência

Audiência debaterá programa do Brasil na Antártica

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação, aprovou na terça-feira requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para a realização de audiência pública sobre o Programa Antártico Brasileiro e o Ano Polar Internacional (2007-2008).

Para falar sobre esses temas, Flávio Arns propôs o nome do secretário da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, almirante José Eduardo Borges, e de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Arns afirma que o Programa Antártico Brasileiro é uma política de Estado de relevância no cenário científico, e que favorece a consolidação da posição do Brasil entre os países do Cone Sul. O Brasil é um dos 29 países que possuem voz e voto nas deliberações que definem os destinos do continente antártico, ressaltou o senador.

Outro requerimento de Flávio Arns, também aprovado pela subcomissão, tem o objetivo de realizar audiências sobre robótica. Na mesma reunião, foi aprovado requerimento do senador Augusto Botelho (PDT-RR) para a realização de audiências para debater a nanotecnologia.

Especialistas pedem Plano de Robótica

A elaboração de um Plano Nacional de Robótica e a inclusão de previsão de verbas específicas para o setor no Plano Plurianual 2008/2011 foram algumas das principais sugestões apresentadas na quarta-feira por especialistas integrantes da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, durante audiência pública conjunta.

A elaboração de uma política específica para o setor poderá estimular a instalação no Brasil de novas empresas ligadas à área robótica, previu o coordenador-geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Henrique de Oliveira Miguel. A seu ver, a crescente importação de robôs – 621 nos dez primeiros meses do ano – também ajudará a motivar os investidores.

Para o coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dante Augusto Barone, os incentivos ao setor deveriam partir do Executivo e

do Legislativo. Do governo, ele espera o estabelecimento de um plano nacional para o segmento. E os parlamentares, na sua opinião, poderiam ajudar por meio da apresentação de emendas ao projeto do futuro PPA.

A importância do tema levou a coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática, Anna Helena Costa, a sugerir a elaboração de um “projeto de Estado” para estimular o avanço tecnológico na área. Dos 850 mil robôs existentes hoje no mundo, relatou, apenas 2.355 estão no Brasil. Além disso, o país ainda não conseguiu levar a pesquisa sobre robótica da universidade para a indústria.

Um dos setores mais avançados na pesquisa sobre robótica no Brasil é o da indústria petrolífera, como demonstrou a gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa da Petrobras, Louise Pereira Ribeiro. Já estão em andamento projetos para inspeção e desobstrução de dutos, além do robô ambiental *Chico Mendes*, uti-

lizado na Amazônia para o monitoramento e a coleta de amostras e espécies. Louise Ribeiro observou ainda que existe um “grande nicho” para a robótica submarina, uma vez que 25% das reservas comprovadas de petróleo do país encontram-se em profundidade superior a 1.500 metros.

O diretor de Automação Industrial da Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica, José Luiz Rubinato, disse que o desenvolvimento da robótica no Brasil ainda é “muito pequeno”. Ele sugeriu a redução do índice de nacionalização exigido pelo governo para financiar projetos de implantação de robôs.

A sugestão foi contestada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presente à audiência. Para ele, mais importante seria criar condições para que as compras no exterior sejam cada vez menos necessárias.

Ao presidir a reunião, o senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que era a primeira vez que se discutia robótica no Senado.

Microcrédito para municípios será tema de audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira requerimento do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pedindo uma audiência pública destinada a aprofundar os debates em torno do projeto de lei que inclui os municípios brasileiros na concessão do microcrédito. A data da reunião ainda será marcada.

O projeto (PLS 82/06), do próprio Tourinho, altera a lei que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei 11.110/05) e autoriza os municípios a criarem agências de fomento de atividades produtivas de microempreendedores. Para o senador, a lei é omissa com relação ao esforço dos municípios no campo do microcrédito.

Foram convidados para a audiência o diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Manuel Thedim; o superintendente de microfinanças do Banco do Nordeste, Stélio Gama; o diretor de microcrédito do Unibanco, Carlos Ximenes; o diretor de microcrédito do Banco Real, José Giovani; e o presidente da São Paulo Confia, Paulo Colozzi.

COMISSÕES Senadores aprovam modernização no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal

FOTOS: JANE ARAÚJO



Tourinho (D), com Jucá, Alvaro Dias e Osmar Dias, relatou dois projetos. Simon (de pé, ao lado de Antonio Carlos Magalhães) foi favorável a mudanças no Código de Processo Civil

CCJ simplifica rito de inventário e divórcio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a substitutivo que altera dispositivos do Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. A matéria ainda será votada pelo Plenário.

O relator da proposição, senador Pedro Simon (PMDB-RS), deu parecer favorável ao substitutivo apresentado pela

Câmara dos Deputados ao PLS 155/04, do senador César Borges (PDL-BA). Para o relator na CCJ, o projeto simplifica “as principais e mais morosas das relações cíveis” e colabora para o exercício da cidadania.

Conforme Simon, o substitutivo permite a realização de inventários e partilhas por via administrativa desde que todos os herdeiros sejam civilmente capazes, haja um único bem a partilhar e inexistam credores do espólio. O texto do parlamen-

tar estendeu tais prerrogativas contidas na proposta para todos os processos de inventário e partilha em que não haja testamento e cujos interessados, civilmente capazes, manifestem consenso e estejam assistidos por advogado.

Pelo substitutivo, o processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de 60 dias a contar da abertura da sucessão, e concluído nos 12 meses subsequentes, prazos que podem ser prorrogados pelo juiz.

Projeto garante direito de visitação

Na mesma reunião, foi aprovada pela CCJ, em decisão terminativa, outro projeto que propõe alterações no Código Civil, a fim de garantir que o pai ou a mãe que não detiver a guarda dos filhos possa recorrer à Justiça para ver cumprido seu direito de visitação e de fiscalização da educação no caso de o detentor da guarda se negar a prestar informações ou proibir a visita.

O projeto (PLS 356/04) do senador César Borges (PFL-BA) foi relatado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que fez duas emendas aperfeiçoando a matéria, ambas aprovadas na CCJ.

O artigo 1.589 da Lei 10.406/02 (Código Civil) já assegura o direi-

to de visitação e de fiscalização da manutenção e da educação a quem não detém a guarda. O parágrafo acrescentado visa garantir que, “havendo oposição injustificada” da outra parte, quem se sentir prejudicado possa requerer ao juiz que lhe assegure o exercício dos direitos previstos na lei.

Emenda do relator modificou o projeto original, que falava em oposição “pelo cônjuge que detiver a guarda dos filhos”, para “aquele que detiver a guarda”, uma vez que, como lembrou o

senador, não é raro atualmente a guarda de crianças ser dada a tios ou avós, por exemplo.

Tourinho explicou, em seu parecer, que a medida significa importante instrumento jurídico para contribuir no estreitamento dos laços familiares, mesmo quando desfeito o casamento. Atualmente, segundo o parlamentar, apesar de o Código Civil conceder o direito de visita para o pai ou a mãe que não estiver com a guarda dos filhos, não há uma regra clara que assegure o seu exercício.

Cônjuge que não tiver guarda dos filhos terá mais garantias da Justiça

Novas regras para aposentadorias especiais

Aposentadoria especial poderá ser concedida a servidores públicos com deficiência ou que exerçam atividades sob condições prejudiciais à saúde e à integridade física, bem como para policiais com ocupações sujeitas a risco contínuo. É o que prevê o projeto de lei complementar (PLS 68/03) aprovado pela CCJ na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

A proposta tem efeito para servidores das três esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) e também autarquias e fundações. O projeto vai agora a exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No caso das pessoas com deficiên-

cia, a aposentadoria poderá ser requisitada, independentemente de idade, após 25 anos de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco no cargo efetivo da aposentadoria.

Para os policiais, será necessário o exercício de atividade de risco por 30 anos, se homem, e 25 anos, se mulher. Também sem considerar idade, pessoas que trabalhem em áreas prejudiciais à saúde poderão pedir aposentadoria depois de 15, 20 ou 25 anos, a depender da atividade de risco exercida. Uma tabela inserida na proposta relaciona a atividade e o tempo necessário para a requisição do benefício.

O substitutivo destina-se a regulamentar a Emenda Constitucional 47, de 2005, que incorporou as pessoas com deficiência e as que exercem atividade de risco entre as que podem ter direito a aposentadoria especial. Houve acordo na CCJ para a retirada, do texto de Tourinho, de expressão que poderia dar margem a aposentadorias de policiais em funções burocráticas, sem risco.

O substitutivo incorporou ainda o teor de duas propostas que tramitavam em conjunto à de Valadares – uma assinada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e outra apresentada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) – e acabaram sendo arquivadas.

OAB poderá suspender envolvidos com crimes

A CCJ acolheu parecer favorável a projeto de lei que modifica o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de aperfeiçoar e ampliar a competência da entidade para julgar processos ético-disciplinares. Uma das alterações vai abrir caminho para a suspensão preventiva de advogados sob suspeita de envolvimento em ações criminosas para favorecer seus clientes.

Os senadores elogiaram o PLS 266/06, por refrear desvios de condutas de profissionais como os que vêm facilitando o acesso de telefones celulares a criminosos dentro dos presídios. Assinado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto nasceu de sugestão da própria OAB, como o autor fez questão de frisar.

A matéria foi relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Por ser decisão terminativa, agora vai direto para exame da Câmara dos Deputa-

dos, a não ser que seja apresentado recurso ao Plenário.

Na análise, Mozarildo afirma que o crime organizado tem tentado passar a idéia de que a guerra travada entre as instituições e a criminalidade tem reduzido o poder do Estado, já havendo atingido a classe dos advogados. No entanto, como ressaltou o parlamentar, tal percepção social da profissão não pode se distanciar da imagem original, “historicamente honrada”. Por isso, avaliou, a OAB não pode tolerar em seus quadros “parcela disposta a comungar com a delinqüência”.

A CCJ também aprovou na reunião substitutivo da Câmara a PLS 131/05 do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que inclui as defensorias públicas no rol dos entes com legitimidade para propor ação civil pública (principal e cautelar). Agora, a matéria vai ao exame do Plenário.

Prisão terá comunicação imediata ao juiz e à família

Os membros da CCJ também aprovaram parecer favorável ao projeto de lei que altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e traz, como principal inovação, a determinação de comunicação imediata da prisão ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa

processo e das testemunhas.

Para o relator Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a proposição é inovadora ao prever a assistência da Defensoria Pública se o detento não apresentar seu próprio advogado em 24 horas.

Segundo Juvêncio, a aprovação do projeto trará signi-

A proposta ainda será votada em Plenário.

Pelo projeto (PLC 77/06), deverá ainda ser encaminhado ao juiz, no prazo

máximo de 24 horas após a prisão, o auto de prisão em flagrante, acompanhado dos depoimentos. Caso o detento não informe o nome de seu advogado, cópia integral do processo deverá ser entregue à Defensoria Pública.

Nesse mesmo prazo, o preso receberá, mediante recibo, a nota da culpa, assinada pela autoridade com o motivo da prisão, o nome do condutor do

Outro projeto cria sistema Disque Idoso, para coibir maus-tratos

ocorrência de abusos e arbitrariedades nas delegacias de polícia.

A CCJ também acolheu projeto de lei (PLC 83/06) que institui o Programa Disque Idoso, com a finalidade de encaminhar as denúncias de maus-tratos e de violência contra os cidadãos com mais de 60 anos. A proposta segue para votação no Plenário do Senado.

ficativas melhorias no desempenho da atividade policial, pois a imediata comunicação da prisão ao juiz e à família poderá prevenir a

CONGRESSO



Sessão do Congresso Nacional, na terça-feira: projetos acolhidos vão à sanção presidencial

Aprovados reajustes para MP, Justiça e TCU

O Congresso Nacional aprovou na terça-feira dois projetos de lei – os PLNs 11 e 12, ambos de 2006 e apresentados pela Presidência da República – que viabilizam aumentos de salários para os funcionários do Ministério Público da União, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. As matérias vão à sanção presidencial.

Esses reajustes já haviam sido acolhidos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em setembro, mas para efetivá-los era necessário incluir limites financeiros e autorizações específicas relativas a alterações de estruturas de carreiras e elevação de remuneração – objetivo do PLN 11/06 – e também abrir crédito suplementar de pouco mais de

R\$ 1,77 bilhão no Orçamento da União – objeto do PLN 12/06.

Segundo a Agência Câmara, o deputado federal Sigmaringa Seixas (PT-DF) informou em setembro que, no caso dos aumentos relacionados ao Poder Judiciário, o número de beneficiados atingia mais de 100 mil servidores em todo o país.

Quanto ao Tribunal de Contas da União, o reajuste concedido é de 15%, a ser pago retroativamente a partir de janeiro de 2006.

Meio bilhão para cobrir despesas com pessoal

O Congresso Nacional aprovou ainda outro projeto do Executivo (PLN 9/06), que abre, nos orçamentos da União e da Seguridade Social, crédito suplementar

de cerca de R\$ 476,8 milhões em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União. Esse montante deverá ser utilizado para cobrir despesas de pessoal e encargos sociais.

Um quarto projeto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e aprovado na sessão de terça-feira, abre crédito especial no Orçamento da União de R\$ 4,07 milhões para o Ministério da Defesa. Esses recursos são destinados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da nomeação de cargos comissionados no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Tanto o PLN 9/06 como o PLN 49/06 vão à sanção presidencial.

Congresso autoriza crédito suplementar

Senadores e deputados também aprovaram, na sessão do Congresso Nacional, o projeto de lei (PLN 39/06) que libera recursos do Orçamento de 2006 para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e para a Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal. O crédito suplementar tem valor total de R\$ 162,2 milhões. A matéria vai à sanção presidencial.

O crédito irá reforçar dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive os acréscimos decorrentes das leis 11.169 e 11.170, ambas de 2 de setembro de 2005, que aumentaram em 15% a remuneração dos servidores públicos integrantes dos quadros de pessoal da Câmara e do Senado.

O crédito também será usado para financiar o aumento do vencimento básico das carreiras da Polícia Civil do DF (inclusive delegado de polícia) e dos valores da Vantagem Pecuniária Especial (VPE), devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito



Policiais militares do Distrito Federal, assim como policiais civis e bombeiros, serão beneficiados por liberação de recursos da União

Federal, concedida pela Medida Provisória 307/06.

O Congresso Nacional autorizou a abertura de crédito suplementar de R\$ 75,7 milhões para reforço do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), destinado ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais. O projeto (PLN 26/06) atende inclusive aos acréscimos decorrentes da medida provisória (MP 307/06) que altera valores da Vantagem Pecuniária Especial

(VPE) dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. O projeto vai à sanção presidencial.

O FCDF, criado pela Lei 633/02, tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além de assegurar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação.

Três novas MPs trancam a pauta do Senado

Três medidas provisórias (MPs 316, 317 e 318) encaminhadas pela Câmara dos Deputados chegaram ao Senado na quarta-feira passada. Como os textos originais das medidas foram modificados pelos deputados, as MPs foram transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs 22, 23 e 24). Ainda não há acordo para votar as matérias, que têm prioridade constitucional e por isso trancam a pauta de votações.

A MP 316 estabelece o reajuste de 5,01% dos benefícios previdenciários dos segurados da Previdência Social cujos valores sejam superiores a um salário mínimo, a partir de 1º de agosto de 2006. Também determina critérios para as aposentadorias especiais e benefícios por incapacitação decorrente dos ambientes de trabalho, além de fixar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como parâmetro para o reajuste anual dos benefícios.

A MP 317 autoriza a isenção do pagamento dos juros das parcelas vencidas de dívidas renegociadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) na safra

2005/2006. A medida altera dispositivos da Lei 11.322/06, sobre a renegociação de dívidas decorrentes de operações de crédito rural para os pequenos produtores do Nordeste.

Já a MP 318 abre crédito extraordinário de R\$ 858,4 milhões, destinados ao pagamento de indenizações a familiares de mortos ou desaparecidos políticos; ao apoio de estados e municípios no desenvolvimento do ensino médio e na recomposição das dotações destinadas à merenda escolar; ao enfrentamento de ações criminosas em diversas localidades do país; a operações de socorro e repatriação de brasileiros no Líbano; ao Hospital das Forças Armadas e à implementação do Plano de Contingência Brasileiro para combater a pandemia de *influenza*.

Operações oficiais de crédito com recursos sob supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), também previstas na última MP, permitiram a concessão de financiamento a mais de 100 mil estudantes do ensino superior a partir do segundo semestre de 2006.



Heloísa Helena destaca importância do projeto de Tourinho para a estabilidade funcional dos agentes de saúde

Oposição cobra acordo sobre agentes de saúde

Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou em Plenário, na terça-feira passada, contra a demora na aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei do Senado (PLS 270/06) que trata do regime jurídico e da forma de seleção dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Apresentado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – que também condenou o atraso –, o projeto foi acolhido pelo Senado em 4 de outubro e chegou à Câmara dois dias depois. Antes do exame da proposição, os senadores chegaram a acordo e aprovaram medida provisória (MP 297/06) que regulamenta as atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Pouco depois, a MP foi promulgada.

Heloísa Helena explicou que o acordo só foi possível porque Tourinho concordou e

condicionou a aceitação da MP ao acolhimento de seu projeto. Houve concordância da liderança do governo, acrescentou, e o acordo incluía a aprovação do projeto também na Câmara, o que ainda não ocorreu.

A senadora reclamou o cumprimento do acordo e frisou a importância do projeto de Tourinho para os agentes de saúde.

A proposta de Tourinho surgiu a partir de divergências em torno do artigo 8º da MP 297/06, que submetia os agentes de saúde e de combate às endemias, admitidos pelos municípios e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). À época, Tourinho, como relator da MP, disse que a mudança era “um retrocesso sem tamanho”, pois colocaria os agentes em risco de demissão a cada mudança de prefeito.

PLENÁRIO

Exportador pode manter dinheiro fora do país

O Senado aprovou a Medida Provisória 315/06, que acaba com a obrigatoriedade dos exportadores trazerem para o Brasil a totalidade dos pagamentos em moeda estrangeira recebidos no exterior.

O parecer elaborado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi aprovado na íntegra, sem emendas ao texto original da MP, que permite que sejam mantidos em bancos no exterior até 30% dos recursos

provenientes de recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços realizadas por pessoas físicas ou empresas.

De acordo com a MP, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável pela regulamentação do benefício, ficando vedado o tratamento diferenciado por setor ou atividade econô-

mica. O CMN também poderá estabelecer formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira, relacionadas a recursos provenientes de exportações e transitando obrigatoriamente por conta bancária no Brasil.

Ainda de acordo com a MP, as pessoas ou empresas que mantiverem recursos em moeda estrangeira no exterior, relativos ao recebimento de exportação,

estão obrigadas a declarar à Secretaria da Receita Federal a utilização do dinheiro e manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial. Os infratores das novas normas ficarão sujeitos a multas, que variam de R\$ 1 mil a R\$ 250 mil ou percentuais gradativos incidentes sobre o valor dos recursos mantidos no exterior.

Receita Federal terá que ser informada sobre recursos no exterior



Paracer elaborado por Flexa Ribeiro foi aprovado na íntegra, sem emendas ao texto original da Medida Provisória 315/06

Crédito para irrigação, obras e reforma agrária

A Medida Provisória 314/06, que liberou R\$ 698,79 milhões do Orçamento da União para obras em rodovias, sistemas de irrigação em Pernambuco e compra de terras para a reforma agrária foi aprovada pelo Plenário do Senado em seu último dia de validade, na quarta-feira. A medida vai à promulgação.

Ao defender a aprovação da MP, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, escreveu que o crédito em favor do Ministério dos Transportes, por exemplo, permitiu ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) "a realização de obras e serviços em corredores estratégicos de transportes do Brasil". Entre elas, a operação do sistema de pesagem de veículos; a restauração de trechos rodoviários no Distrito Federal; a conservação de trechos rodoviários nas BRs 163 e 230, no Pará; a recuperação de trechos rodoviários na BR-365, em Minas Gerais; manutenção em rodovias no Maranhão e no Pernambuco; a construção de trechos da

BR-163 (MT) e a construção de trechos rodoviários e de pontes nas BRs 163 e 230 (PA).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o crédito serviu para pagar pela desapropriação de imóveis rurais para o programa de reforma agrária, cuja meta, como revela o ministro, era assentar 400 mil famílias no período de 2003 a 2006. O dinheiro também foi usado para trabalhos de assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas.

No que concerne ao Ministério da Integração Nacional, os recursos visavam dar continuidade ao funcionamento da principal estação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí, no estado do Ceará, mediante a substituição de motobombas. À época da edição da medida (julho), o sistema se encontrava em risco de colapso, fato que acarretaria perda de culturas permanentes atendidas pelo referido perímetro, com sérios prejuízos econômicos e sociais aos pequenos produtores e ao desenvolvimento local.



Senado aprova projeto que altera o Código de Processo Civil no que se refere à execução de dívida

Mudanças no processo civil facilitam cobrança

O Senado aprovou na terça-feira passada o projeto de lei da Câmara (PLC 51/06) que altera 68 artigos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) referentes à execução de título extrajudicial que obrigue ao pagamento de dívida.

Segundo o relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), o projeto inaugura um novo marco jurídico para a cobrança de dívidas no país, favorecendo a concessão de crédito, estimulando a circulação da riqueza e inibindo o "famigerado *spread* bancário".

O projeto, que agora será encaminhado ao presidente Lula para sanção, faz parte da chamada "agenda microeconômica do governo" e prevê, entre outros, flexibilização das regras de execução judicial de dívidas extrajudiciais – como cheque, duplicata, promissórias – para facilitar o recebimento por parte dos credores em

caso de inadimplência.

Entre as alterações no Código de Processo Civil, destaca-se a permissão para que o imóvel considerado bem de família superior a mil salários mínimos (R\$ 350 mil) seja vendido para saldar dívida. Assim, se uma pessoa deve R\$ 200 mil e tem um único imóvel de R\$ 1 milhão, esse bem poderá ser vendido e o valor da dívida será saldado. Isso acaba com a situação em que o devedor tem uma mansão e alega que não pode pagar a dívida porque se trata de bem de família.

O projeto também permite a penhora parcial de salários elevados para saldar dívida. Ficou definido que 40% do valor que passar de 20 salários mínimos (R\$ 7 mil) do salário do devedor poderá ser penhorado. Um devedor com renda de R\$ 15 mil, por exemplo, poderia ter penhorados R\$ 3,2 mil (40% de R\$ 8 mil, que é o valor

que excede os 20 salários, ou R\$ 7 mil). O juiz poderá, por meio eletrônico, ordenar o bloqueio da conta bancária, como já acontece na Justiça do Trabalho, mediante convênio com o Banco Central.

Destaca-se também a alteração que permite que o credor registre em cartório que determinado bem está em processo de execução judicial. Assim, um potencial comprador saberia que o bem em questão poderá ser tomado pela Justiça. O projeto institui ainda o leilão eletrônico de bens penhorados, o que deve elevar a demanda e o preço dos itens que serão usados para quitar dívidas.

Outra inovação é a permissão para que o credor passe para seu nome determinado bem para receber uma dívida. Hoje ele só recebe o que tem direito após a venda do bem em leilão, processo que atrasa muito a execução judicial da dívida.

Residentes têm reajuste de salário

O Plenário do Senado acolheu o projeto de lei da câmara (PLC 112/06) que reajusta a bolsa do médico residente de cerca de R\$ 1.470 para R\$ 1.916, para um regime de 60 horas semanais. A matéria segue agora à sanção presidencial.

O relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou parecer favorável. Ressalvou, porém, ser contrário à manutenção da greve pelos residentes, por julgar que ela prejudicou o atendimento à população de baixa renda nos hospitais públicos e universitários.

– É justa a consideração ao pleito, que não é favor, mas devo confessar minha frustração pela paralisação, que causou problemas ao já problemático sistema público de saúde – protestou o parlamentar, que considerou a greve "castigo injusto" ao povo de seu estado.

O presidente Renan Calheiros considerou o parecer oportuno. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), médico por formação e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentou

parecer pela constitucionalidade do projeto.

Os demais senadores que sucederam Crivella na discussão da matéria criticaram seu relatório. Para a maioria, também eles da área de saúde – como os também médicos Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Tião Viana (PT-AC), e a

senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), enfermeira –, os residentes estariam substituindo os médicos efetivos constituindo-se em "mão-de-obra barata", quando seu objetivo principal é o aperfeiçoamento no exercício da medicina.

Mozarildo Cavalcanti solidarizou-se com os colegas grevistas. Para ele, o governo e as autoridades públicas de saúde foram insensíveis à questão dos baixos salários dos residentes, responsáveis por mais de 70% dos atendimentos no serviço público de saúde.

A senadora Heloísa Helena afirmou que o médico residente não é mão-de-obra barata para substituir os profissionais médicos e assinalou o caráter especial da residência para o futuro exercício da profissão.

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que os residentes são "a mola propulsora" do atendimento dos hospitais públicos e salientou que o valor da bolsa não é condizente com as despesas do residente para o aprendizado da medicina.



Crivella diz que pleito é justo, mas condena manutenção da greve

TERCEIRO SETOR Marco legal e instrumentos de fiscalização sobre uso de recursos públicos dominam os debates

JOSÉ CRUZ



No fórum, os senadores Tasso Jereissati, Serys Silhessarenko, Renan Calheiros, Efraim Moraes e o presidente do TCU, Guilherme Palmeira

Fórum do Senado discute as perspectivas do terceiro setor

O momento atribulado de discussões sobre o terceiro setor, formado por organizações da sociedade civil, tornou mais que oportuna a promoção do 2º Fórum Senado Debate Brasil, realizado semana passada. Divergências quanto à atuação do setor, financiamento e fiscalização, liberdade de organização e funcionamento, propostas legislativas e a possível instalação da CPI das ONGs nortearam os debates.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, que abriu o evento, o fórum aproxima o Legislativo da sociedade e põe a Casa em dia com as discussões nacionais.

Com conseqüências econômicas que transcendem o simples alívio

do sofrimento dos mais necessitados e a promoção do bem-estar social, para o senador Efraim Moraes (PFL-PB) o terceiro setor não pode mais continuar na espécie de “buraco negro” legal a que está submetido.

– Essa falta de definição jurídica é que dá oportunidade a toda sorte de desvios – aponta Efraim.

A criação de um marco legal para a área também foi defendida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

– A legislação ainda não cuida de quesitos como doações e seu tratamento fiscal, financiamento, isenções, eficiência, transparência

no acesso e uso de recursos públicos. Há gravíssimas denúncias sobre o desvio de verbas repassadas a ONGs que precisam ser discutidas – assinalou.

Mas políticos e debatedores

concordam que é necessário separar organizações sérias das que atuam de forma ilegal. O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Guilherme

Palmeira, afirmou que o órgão tem adotado medidas para aumentar a fiscalização e o controle de recursos públicos repassados ao setor, tendo sido constituído grupo de trabalho para aperfeiçoar as técnicas de controle.

Quando se fala em terceiro setor, as organizações não-governamentais (ONGs) costumam sempre ser as primeiras a serem lembradas. Mas ONG, nomenclatura adotada nos anos 70 como oposição ao que é governamental, não possui uma definição legal, é apenas o nome fantasia utilizado por alguns dos grupos da sociedade civil.

O procurador de Justiça do Distrito Federal, José Eduardo Paes, explica que o terceiro setor é qualificado por organizações sociais (que surgiram com a privatização de atividades públicas) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), criadas em 1999. Elas abrangem fundações e associações sem fins lucrativos, que no Brasil seriam em torno de 276 mil.

Para Efraim, indefinição jurídica abre espaço para “desvios”

Estudo apontou existência de 276 mil organizações

As poucas pesquisas e a inexistência de um cadastro nacional dificultam a formulação de políticas públicas, principalmente diante da heterogeneidade que caracteriza o terceiro setor. A afirmação é da diretora de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Anna Maria Peliano.

O Ipea, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associação Brasileira de ONGs (Abong) e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), apontou a existência, em 2002, de cerca de 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, denominadas por eles de Fasfil.

O aumento do número dessas entidades teria sido de 157% entre 1996 e 2002, chegando a 309% na área de meio ambiente e a 303% nas que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos.

Segundo Anna Maria, os grupos que formam o terceiro setor foram identificados levando-se em conta cinco critérios: serem privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias.

A pesquisa mostrou que 44% estão concentradas na região Sudeste, sendo que 26% são

confessionais, ou seja, religiosas (veja quadro à direita). As Fasfil são na maior parte organizações jovens, 62% delas criadas a partir da década de 90. Pelo menos 77% não possuem nenhum empregado e somente 7% contam com dez ou mais empregados assalariados.

– Isso indica que a mobilização da sociedade é muito grande e voluntária – avalia Anna Maria.

No total, as Fasfil empregam 1,5 milhão de pessoas, sendo que a remuneração média do setor, em 2002, era de 4,5 salários mínimos mensais. O número de voluntários é 13 vezes maior ao de empregados.

Para o secretário-geral do Gife, Fernando Rossetti, num país como o Brasil, o assistencialismo é importante, mas sozinho não promove o desenvolvimento. Para que o terceiro setor funcione bem, é essencial a construção de um ambiente legal mais claro e estável.

– É preciso ainda eliminar os entraves burocráticos e agilizar os procedimentos estatais, haver mais transparência e controle social, criar imunidades e isenções tributárias, desonerando as organizações e aperfeiçoando as políticas de incentivos fiscais – diz.

Como estão divididas as 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil)



Fonte: IBGE (2002) Elaboração: IPEA, IBGE, Abong e Gife

Em outros países entidades são beneficiadas por isenções fiscais

A burocracia e os entraves legais que ainda atrapalham o financiamento de organizações da sociedade civil no Brasil não emperram o trabalho do terceiro setor em países desenvolvidos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, 100% das contribuições do terceiro setor são dedutíveis dos impostos que devem ser pagos ao governo, independentemente de terem sido feitos por indivíduos, famílias ou corporações.

– Há muito incentivo para as contribuições em dinheiro, até mesmo as que são feitas nas igrejas podem ser deduzidas. Pelo menos 80% das doações ao terceiro setor são feitas por cidadãos – destaca o pesquisador do Centro para Soluções Ambientais e Urbanísticas da Florida Atlantic University, Fábio Naranjo.

As ONGs tampouco precisam pagar impostos ao governo, a não ser encargos trabalhistas.

– O crescimento das ONGs no Brasil não me surpreende. Já aconteceu nos Estados Unidos e esse setor faz com que a sociedade seja mais saudável, porque dá o seu melhor para advogar pelos que precisam – diz Naranjo.

A Comissão Européia (CE) financia 20% dos recursos destinados a projetos de ONGs, o restante é doado pelos países da União Européia, tendo como foco a redução da pobreza.

Segundo a assessora do Programa de Cooperação da CE no Brasil, Rita Cauli, as regiões Norte e Nordeste e favelas são prioritários. Nos últimos 15 anos, foram co-financiados 330 projetos por meio das ONGs.

Ex-presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, o senador Flávio Arns (PT-PR) afirma que “se não fosse a sociedade organizada, muitos atendimentos não seriam oferecidos aos brasileiros. Mesmo assim há quem tente desqualificar o que esse setor faz”.

– Existe o reconhecimento do terceiro setor no mundo inteiro. As entidades devem ser fiscalizadas e não penalizadas, como muitos pretendem fazer – alerta.

Ele propõe a criação de um cadastro das entidades a partir de sua criação, independentemente dos títulos que possuam, de maneira análoga ao que ocorre com as organizações internacionais que atuam no Brasil.

Mesmo com muitas dificuldades, muitas organizações de municípios pobres têm conseguido achar soluções para os problemas da comunidade, segundo a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Entre os casos de sucesso, ela citou a Articulação Semi-Árido Brasileiro, que distribui água potável, e a Edisca, escola de dança para meninas carentes, que funciona no Ceará.

– As ONGs têm sensibilidade e muitas vezes uma oportunidade pode transformar completamente a vida da pessoa atendida – afirma a senadora.

TERCEIRO SETOR Legislação deve diferenciar grandes e pequenas fundações e associações sem fins lucrativos

Falta proposta para regular ONGs

Apesar de diversas propostas de nova regulamentação para o terceiro setor estarem tramitando na Câmara e no Senado, não há um projeto que atenda a todas as necessidades das organizações da sociedade civil.

É o que acreditam os debatedores que participaram do painel “Marco legal: avanços, lacunas e desafios”, do 2º Fórum Senado Debate Brasil. A discussão sobre as alterações na legislação vigente ainda tem pontos polêmicos. Há apenas um consenso: é preciso haver diferenciações legais para grandes e pequenas fundações e associações sem fins lucrativos.

Os especialistas ponderam que é necessário cadastrar e fiscalizar quem recebe recursos públicos, mas não as entidades que só usam dinheiro privado.

– Ao Estado somente interessa conhecer o que é feito com os recursos públicos – afirma o diretor do Departamento de Justiça, Classificação de Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, José Eduardo Romão.

O diretor explica que existem dois marcos normativos do setor, a Lei de Utilidade Pública Federal (Lei 91/35), que trata da filantropia, e a Lei 9.790/99, que criou as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

– Mas a legislação brasileira no campo das isenções e subvenções vem se modificando desde 1935, constituindo um emaranhado de leis e decretos, que atrapalham o setor. O ideal seria a consolidação de todas essas normas, com revogação das inadequadas, como foi feito com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – disse.

Entretanto, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da CPI das ONGs realizada em 2001 e 2002, afirma que é necessário um marco regulatório específico para o setor, já que a atual regulamentação seria “insuficiente ou mesmo inconsistente”.

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), José Eduardo Durão, a inexistência de uma referência teórica sobre as relações entre Estado e organizações da sociedade civil causa as deficiências na legislação do terceiro setor.

Já o consultor jurídico do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Eduardo Szazi, sugere que o Senado crie uma comissão para discutir a legislação do terceiro setor.

O procurador de Justiça do Distrito Federal, José Eduardo Paes, também defendeu a revisão dos auxílios, subvenções e incentivos tributários concedidos às entidades do terceiro setor.

– Os auxílios merecem ser revistos. A lei deve prever claramente quem pode receber e em que condições. Deveria haver lei própria. Não havendo, a LDO deveria impor limites para que houvesse maior controle da legislação – conclui.



Diretor da Associação Brasileira de ONGs, José Eduardo Durão, quer definir relação com o Estado

Setor recebe R\$ 7,5 bi por ano do governo

O financiamento de organizações da sociedade civil com recursos públicos federais gira em torno de R\$ 7,5 bilhões anuais.

Essa é a estimativa, segundo o diretor do Departamento de Justiça, Classificação de Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, José Eduardo Romão.

Levantamento da Controladoria Geral da União indicou que de 1999 a 2006 o governo federal repassou R\$ 33,7 bilhões a ONGs, uma média de R\$ 4,2 bilhões por ano. Ou seja: houve aumento de repasses no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O problema é que ainda há muitas falhas na fiscalização. Segundo o ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, o número de competências previstas na Constituição excede a capacidade de controle do Estado.

Auditoria realizada pelo órgão este ano mostrou que há dificuldades das ONGs no trato dos recursos públicos.

– Onde há recurso público, há contaminação do direito privado pelo público. As ONGs são surpreendidas com a dureza das regras de direito público – afirma Zymler.

O terceiro setor tem, então, que se preparar para lidar com esses recursos, avalia o ministro.

A prestação de contas deve ser feita, segundo o secretário federal de Controle Interno da CGU, Valdir Teixeira, aos ministérios públicos estaduais, ao Ministério da Justiça, aos órgãos públicos repassadores dos recursos e aos órgãos que concedem incentivos fiscais.

Problemas como falta de clareza dos objetos dos convênios, dos preços e dos custos, falta do número de beneficiados pela ação, descumprimento na realização dos objetos pactuados, falta de acompanhamento dos órgãos responsáveis, pagamentos em desacordo com o plano

de trabalho são algumas das principais falhas na relação entre governo e terceiro setor.

Para o secretário, algumas medidas podem minimizar esses problemas, como a criação de um portal de convênio do governo federal, onde deverão constar as informações sobre os repasses, objetos e valores contratados.

Na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), tanto para

ONGs não sabem lidar com dinheiro público, diz ministro do TCU

incentivos fiscais concedidos a empresas quanto para convênios do poder público com entidades do terceiro setor, a aplicação dos recursos públicos exige necessariamente a prestação de contas.

– Seja na isenção fiscal, seja no convênio com ONGs, é dinheiro público que precisa ser devidamente fiscalizado em sua aplicação. Até porque, ao fazer o convênio ou conceder a isenção, o Estado abre mão de recursos que deveria aplicar em áreas essenciais.



Mozarildo Cavalcanti, que presidiu a CPI das ONGs em 2001, considera leis atuais insuficientes

Transparência para isolar as entidades “pilantrópicas”

Quando se fala em financiamento público, a palavra de ordem é transparência. Para especialistas, somente com a correta prestação de contas e o aumento da fiscalização poderão ser separadas as organizações não-governamentais sérias das que praticam a “pilantrópica”, ou seja, o desvio de recursos públicos.

– Temos de melhorar a transparência, para separar o joio do trigo e assim aumentar o financiamento às entidades corretas – diz o superintendente da Fundação Grupo Esquel Brasil, Silvio Sant’Ana.

Ele lembra que o orçamento das entidades, em tese, seria de R\$ 132,7 bilhões, mas, excluído o excedente operacional bruto, as entidades manejariam algo próximo a R\$ 77,2 bilhões anuais.

– A participação real das ONGs no produto interno bruto ficaria em torno de 2,8%, sendo que 80% da receita estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste – afirma Sant’Ana.

No Norte do país, o orçamento total não passaria de R\$ 20 milhões anuais, o que é muito pouco, avalia o superintendente da Esquel. Essa é também a opinião de Adilson Vieira, secretário-geral da Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que congrega 604 organizações. Ele cobra diferenciação no trato das pequenas e das grandes organizações.

– Não dá para tratar entes tão diferentes de forma igual, por isso esperamos por um marco regulatório que diferencie as associações e que ajude as pequenas – defende Vieira, completando que as organizações do GTA não possuem orçamentos anuais superiores a R\$ 1 mil.

Além de recursos públicos, os especialistas pedem redução da carga tributária e incentivos fiscais.

– As ONGs cobrem a lacuna da ausência do Estado, mas pagam muito caro por isso – diz o presidente do GTA, revelando que na Amazônia as lideranças das organizações ainda sofrem perseguições políticas.

INVESTIGAÇÕES Para o presidente do Senado, há tempo para que a comissão comece a funcionar ainda em 2006

Prazo para CPI das ONGs termina quarta

Logo depois de abrir o 2º Fórum Senado Debate Brasília, cujo tema é justamente a atuação do terceiro setor no país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou, na quarta-feira, ter dado prazo de cinco dias úteis para que os líderes partidários indiquem os integrantes da comissão parlamentar de inquérito que vai investigar o funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs).

– Espero que os líderes façam as indicações. Se não indicarem, vou fazer como fiz das vezes anteriores: vou indicar. Do ponto de vista do Regimento e da Constituição, não há outra coisa a fazer senão isso. Foi exatamente esse o comportamento que adotei nas CPIs anteriores – explicou Renan.

Indagado se haveria tempo para essa CPI começar a funcionar ainda neste ano, o presidente do Senado respondeu que, no que depender dele, isso será possível. O senador declarou que, estando conferidas as assinaturas de apoio à comissão de inquérito, havendo fato determinado para a investigação e lido o requerimento, não há nada que impeça a instalação da CPI, já que os líderes têm um prazo exíguo para indicar seus integrantes.



Renan afirma que cumpre o Regimento e a Constituição e, agora, aguarda as indicações dos líderes partidários para a CPI

Encabeçado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e assinado por outros 46 senadores, o requerimento solicitando a criação da CPI foi lido em Plenário na terça-feira. A comissão pretende investigar a liberação de recursos públicos pelo governo federal e sua aplicação por ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) entre 2003 e 2006.

Ao defender a proposta, Heráclito Fortes afirmou que o Congresso Nacional não pode se omitir nem adiar a instalação dessa CPI, que deverá funcionar por 60 dias.

– Há várias entidades que prestam serviços relevantes nas áreas social, de saúde e meio ambiente, e elas não podem ser prejudicadas pelas que se desviam dos objetivos para os quais foram criadas – declarou.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) se disse preocupado com a fixação desse prazo de funcionamento, ponderando que a questão deveria ser definida após a instalação da comissão. A CPI deverá ter 11 titulares e sete suplentes, divididos em função da representação de cada partido no Senado.

Heráclito diz que não haverá perseguição

Heráclito Fortes garantiu, em Plenário, que o trabalho de investigação da CPI destinada a apurar a liberação pelo governo federal de recursos públicos para organizações não-governamentais não deverá prejudicar as entidades idôneas que prestam relevantes serviços sociais para o país.

– Já disse aqui e reitero que não é objetivo dessa investigação prejudicar as ONGs sadias, as que têm serviços prestados; mas também não é objetivo nosso permitir que ONGs que vivem sugando o dinheiro público continuem a fazê-lo com a omissão de um Legislativo que tem, dentre suas funções, aquela de fiscalizar – destacou.

Ao mencionar reportagem exibida no programa *Fantástico*,



Objetivo da CPI é impedir que ONGs vivam de sugar dinheiro público, assinala Heráclito

da TV Globo, sobre a prisão de “ongueiros” acusados de desviar recursos públicos para o combate de doenças, o parlamentar considerou o trabalho de investigação a ser desenvolvido pela CPI das

ONGs como fundamental para separar as boas entidades das ruins.

– Não é justo que pessoas se utilizem de mecanismos ágeis para, em nome de uma entidade que supostamente serviria para combater doenças como câncer, com suas arapucas, malversar o recurso público – observou.

Em apartes, os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Flávio Arns (PT-PR) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Heráclito Fortes. Arns destacou a importância de se distinguir as entidades do terceiro setor que prestam serviço relevante, substituindo o poder público na construção da cidadania, daquelas que precisam ser fiscalizadas e punidas.

Mozarildo defende marco regulatório

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou a atenção, em discurso, para a necessidade de um marco regulatório específico para o terceiro setor. Conforme o senador, a regulamentação legal que existe atualmente sobre o assunto é “insuficiente ou mesmo inconsistente”. Ele disse que há muitas organizações não-governamentais sérias, observando, no entanto, que é preciso “separar o joio do trigo”.

O senador defendeu, entre outras medidas, a criação de um cadastro nacional de organizações não-governamentais e a exigência de que as entidades do setor sejam qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) para que possam receber verbas públicas.

– Em 2005, mais de R\$ 2,5 bilhões, em valores corrigidos, foram repassados pelo Tesouro Na-

cional a entidades privadas sem fins lucrativos – ressaltou ele.

Mozarildo mencionou ainda pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indica que a participação dos recursos movimentados por essas organizações no produto interno bruto (PIB) havia aumentado de 1,5%, em 1995, para 5,7% em 2002.

Segundo o parlamentar, as ONGs – que representam uma das modalidades de entidade privada sem fins lucrativos – dependem cada vez mais dos recursos públicos. Isso ocorre, argumentou ele, devido à transferência de ações (que deveriam ser executadas pelo Estado) para essas organizações.

– As ONGs não são culpadas dessa tendência, que existe em muitos países, mas têm se beneficiado imensamente dela – declarou.

Virgílio quer pressa e lembra falta de controle

Depois de informar que o Tribunal de Contas da União (TCU) estima que os repasses do governo federal a organizações não-governamentais chegam a R\$ 8 bilhões por ano, e que 54% dessa verba são liberados para entidades sem capacidade para executar os convênios assinados, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu rapidez no início das investigações da CPI das ONGs. Ele considerou importante que o governo não tente obstaculizar os trabalhos da comissão.

– Temos que ver por todas as vias de apuração dos fatos, seja Ministério Público, seja Controladoria Geral da União, seja TCU, seja CPI, quais os beneficiários das fraudes e desvios e apontar as punições cabíveis. Ao mesmo tempo, e esse é o trabalho mais nobre, temos que sugerir os remédios para que as irregularidades não ocorram mais – afirmou Arthur Virgílio.

A falta de fiscalização foi apontada pelo senador amazonense como um dos principais motivos para o desvio de recursos públicos através de ONGs. Ele informou que o Ministério da Justiça dispõe de apenas 12 servidores para realizar a análise

formal das contas anuais de mais de 4 mil entidades. Arthur Virgílio denunciou que a falta de controle formal é tanta que nem sequer existe um cadastro único das organizações. Na prática, explicou, uma ONG que esteja impedida de assinar contrato com um ministério pode firmar convênio com outro sem problema.

Comparando o total de recursos repassados durante os quatro anos do atual governo com os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, Arthur Virgílio informou que apenas uma ONG, a Unitrabalho – que tem como colaborador Jorge Lorenzetti (investigado na compra do dossiê antitucanos durante as eleições) –, recebeu R\$ 18,5 milhões, cinco vezes mais que todos os repasses do governo FHC.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC), um dos signatários do requerimento para a instalação da CPI, sugeriu que a comissão deveria, antes de iniciar as investigações, procurar o Ministério Público, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União para definir sua estratégia de trabalho.



Virgílio revela que governo dispõe de apenas 12 funcionários para analisar as contas de mais de 4 mil instituições

Líder do governo apóia maior rigor nos repasses

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ser favorável a um maior controle dos repasses de recursos públicos para as chamadas organizações não-governamentais.

Jucá afirmou que o tema das ONGs é de extrema importância para o Brasil e merece a atenção do Congresso Nacional frente à discussão de mecanismos de controle e transparência dos repasses públicos. O senador, que é relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), informou que já acrescentou à lei diversos dispositivos com o objetivo de aumentar a transparência e o acompanhamento (por parte do poder público e da sociedade civil) das contratações e repasses de verbas para aquelas entidades.

– Quero registrar essa minha disposição de atuar no sentido de ajudar, nesse debate, a construirmos um modelo que separe o joio do trigo; que separe a

entidade que quer atuar junto à sociedade de outras que são criadas para desviar recursos – assinalou.

Jucá observou que é de interesse do próprio governo federal, e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a fiscalização dos repasses. O senador conclamou o governo, o Tribunal de Contas da União e o Congresso Nacional a buscarem “uma nova mecânica” que proporcione mais dinamismo, acompanhamento, transparência e responsabilidade nessas transações.

O líder do governo aproveitou para anunciar a criação, por parte do Ministério da Fazenda e da Receita Federal, da nota fiscal eletrônica, que poderá agilizar o processo contábil da economia brasileira.

O dispositivo, explicou Romero Jucá, será testado primeiramente em alguns estados e poderá ser instrumento para diminuir as fraudes tributárias no país.

INVESTIGAÇÕES Conselho arquiva processos por quebra de decoro parlamentar contra Suassuna, Malta e Serys

Falta de provas inocenta senadores

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar arquivou, por falta de provas, os processos que haviam sido abertos contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES). Os três foram citados no relatório parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas por suposto envolvimento no esquema de fraudes com recursos do Orçamento da União usados na compra de ambulâncias para municípios a preços superfaturados.

Os relatórios, aprovados pela comissão na última terça-feira, indicaram que, apesar da falta de provas concretas, há indícios de que os três parlamentares ou pessoas próximas a eles tenham colaborado com a chamada máfia das ambulâncias.



Suassuna, Malta e Serys: os três tiveram os processos arquivados, mas o primeiro sofreu censura verbal da comissão



Suassuna é censurado, mas reafirma “completa inocência”

Por 12 votos a 2, os membros do Conselho de Ética aprovaram o voto em separado do senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Contra à cassação do mandato de Ney Suassuna, recomendada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) em seu parecer, o voto do senador mineiro determinou apenas censura verbal a Suassuna. Para Wellington, embora não tenha encontrado provas da participação de Suassuna no esquema de fraudes, o senador “deixou de observar deveres e preceitos inerentes ao mandato”.

Wellington lembrou que o próprio

relator Jefferson Péres, ao pedir a pena de cassação do mandato de Suassuna, reconheceu que não havia encontrado qualquer prova contra o parlamentar, mas disse que o estava julgando por entender que Suassuna havia “negligenciado as obrigações e encargos inerentes ao cargo de senador” ao conceder poderes demais a seus assessores.

– Por outra parte, parece sabido o fato de que o representado descuidou-se com relação ao controle efetivo das atividades de sua assessoria e, quanto a isso, há o seu reconhecimento expresso – afirmou

Wellington Salgado.

Jefferson e Wellington se referiam aos indícios de participação de um ex-assessor de Suassuna no esquema de fraudes. Marcelo Cardoso Carvalho foi denunciado em depoimentos da família Vedoin – apontada como organizadora da máfia das ambulâncias – como intermediário do senador junto aos fraudadores.

Embora sempre tenha alegado inocência e dito ter sido traído por seu ex-assessor, Suassuna reconheceu que o funcionário poderia ter utilizado indevidamente o prestígio do senador para beneficiar o

esquema de fraudes.

Suassuna disse que foi “injustamente acusado nestes últimos 140 dias de agonia”, e que “não desejava isso a ninguém”. Afirmou ter feito tudo para ajudar na investigação: demitiu funcionários, pediu licença da liderança do PMDB e colocou-se à disposição da CPI dos Sanguessugas e da Corregedoria do Senado.

– Infelizmente, atualmente, parlamentar é sinônimo de marginal. O próprio relator disse que não estava julgando um parlamentar, mas um sistema. Eu não desejo que isso aconteça com ninguém – declarou.

Absolvido, Malta garante que não sujou mãos no “chiqueiro”

Os 12 integrantes do Conselho de Ética aprovaram o relatório de Demostenes Torres (PFL-GO), que recomendou o arquivamento do processo contra o senador Magno Malta. Em seu voto, o relator alegou “inequívoca insuficiência de provas de percepção de vantagem indevida”. Demostenes afirmou que, apesar de haver “fortes indícios”, não foi possível ter “elementos suficientes e garantidores de certeza” de que o senador Magno Malta tenha recebido alguma vantagem ilícita.

A acusação que pesava contra Magno Malta é de que um veículo que ele usou por cerca de um ano teria sido dado a ele em troca da apresentação de emendas ao Orçamento da União, no valor de R\$ 1 milhão, para a aquisição de ambulâncias superfaturadas da empresa Planam, de propriedade de Luiz Antônio e Darci Vedoin, chefes da quadrilha que organizou o esquema de fraudes. O senador, no entanto, nunca apresentou emendas

nesse sentido.

De acordo com o relatório, ficou comprovado “com certeza absoluta” que Malta usou um carro para fazer viagens, pelo Espírito Santo, com a banda *gospel* da qual é fundador e vocalista. O veículo teria sido emprestado a Malta pelo deputado Lino Rossi (PP-MT), mas na verdade pertencia à Planam.

Após ver a representação contra ele arquivada, Magno Malta fez um discurso emocionado e religioso. Elogiou a imparcialidade do relator, disse que apenas usou um carro emprestado de um amigo que não tinha “tarja de bandido” e destacou que nunca apresentou emendas para a compra de ambulâncias. Afirmou que a partir de agora quem for beneficiário de emendas apresentadas por ele terá que assinar um documento se responsabilizando pelo destino dos recursos.

– Eu não sujei minhas mãos nesse chiqueiro – garantiu Malta.

Após resultado, Serys se diz vítima de uma “orquestração”

Por “falta de evidências”, o Conselho de Ética também arquivou representação contra a senadora Serys Slhessarenko, a terceira citada no relatório da CPI dos Sanguessugas. Os 13 parlamentares presentes apoiaram o relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF) pedindo o arquivamento.

Paulo Octávio considerou não haver evidências da participação da senadora no esquema das ambulâncias superfaturadas e destacou que o Conselho de Ética restringe-se a analisar os atos dos senadores. O nome da senadora é citado indiretamente no caso, segundo Paulo Octávio, e a pessoa acusada de real envolvimento com a máfia das ambulâncias seria o genro de Serys, Paulo Roberto Ribeiro, que teria recebido R\$ 35 mil de comissão por intermediar negócios com os Vedoin.

Segundo Luiz Antônio Vedoin, o genro de Serys, Paulo Roberto Ribeiro, teria se comprometido a viabilizar uma emenda

no Orçamento em valor superior a R\$ 1 milhão para a compra de ambulâncias em Mato Grosso. Foram aprovadas emendas da senadora no valor de R\$ 700 mil nesse sentido e, por esse serviço, o genro de Serys teria recebido pagamento de R\$ 35 mil destinados a quitar dívidas de campanha da senadora, de acordo com acusações dos Vedoin.

Serys negou todas as acusações e em sua defesa afirmou que foi vítima de uma orquestração para envolvê-la. A senadora declarou ainda que as referências a seu nome sempre foram feitas por terceiros, que suas dívidas de campanha foram integralmente quitadas ao fim das eleições de 2002 e que apresentou emendas ao Orçamento para o setor de saúde com os valores “mínimos compulsoriamente impostos”. Ainda de acordo com a Serys, não é possível exigir de um congressista um “controle ferrenho” sobre a aplicação de recursos destinados a prefeituras.



Wellington Salgado apresentou parecer alternativo ao de Jefferson no caso Suassuna. Paulo Octávio e Demostenes Torres não encontraram provas contra Serys e Malta

INVESTIGAÇÕES CPI que apura escândalo da máfia dos sanguessugas pode ter prazo de funcionamento prorrogado

Gedimar: "Tenho a corda no pescoço"

O advogado e ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, acusado de participar da compra de um dossiê para incriminar políticos do PSDB, reconheceu em depoimento na terça-feira, perante a CPI dos Sanguessugas, que entregou R\$ 1 milhão ao empresário Valdebran Padilha, no hotel Íbis, em São Paulo, onde os dois foram presos no dia 15 de setembro com R\$ 1,7 milhão. Gedimar negou-se a dar detalhes sobre a movimentação da quantia, por considerar que isso poderia incriminá-lo.

– Estou com a corda no pescoço, mas não vou puxá-la – disse, em resposta a indagações do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos sub-relatores da comissão.

Gedimar chegou a afirmar que o dinheiro fora entregue a ele por um desconhecido, embora estivesse ali apenas cumprindo a missão de analisar documentos que lhe seriam entregues por

emissário do empresário Luiz Antônio Vedoin, chefe da chamada máfia das ambulâncias. Mais tarde, respondendo a perguntas do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), Gedimar não quis se manifestar sobre a possibilidade de o dinheiro ter-lhe sido entregue pelo então assessor de imprensa da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda.

Tanto Gabeira quanto Sampaio e o vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), tentaram vincular a entrega do dinheiro para a compra do dossiê às duas visitas que Lacerda fez ao hotel Íbis, ambas documentadas pelas câmeras do estabelecimento: uma às 8h50 do dia 13 de setembro, quando Hamilton entrou no Íbis com uma mala. Essa mala conteria R\$ 1 milhão e não era portada na saída pelo então assessor da campanha de Mercadante. No dia 15, à 0h09, Lacerda entrou novamente no ho-

tel, desta vez com uma mala e duas sacolas, e saiu novamente sem levar nada. Segundo Sampaio, as malas continham R\$ 789 mil, valor que foi encontrado com Gedimar no momento da prisão, ainda que este refira-se a R\$ 715.800. Valdebran – o intermediário entre o grupo e Vedoin – foi encontrado com R\$ 1 milhão. As imagens do hotel mostram contatos entre Lacerda e Gedimar, que eles não desmentem.

No segundo depoimento da tarde, Lacerda afirmou que na primeira vez levou boletos de arrecadação de campanha e material de propaganda da reeleição do presidente Lula. Na segunda vez, teria levado roupas para Gedimar e um *notebook*, que seria usado



Gedimar se recusou a dar detalhes sobre movimentação por medo de se incriminar

pelo parceiro para confirmar a veracidade de um DVD com imagens de uma solenidade de entrega de ambulâncias com a presença de Vedoin e do ex-ministro da Saúde José Serra (PSDB).

Como Lacerda já tinha afirmado isso à Polícia Federal, a contradição foi colocada a Gedimar, que também alegou o risco de incriminação para não responder. Gedimar, porém, confirmou que Lacerda lhe levou roupas. Sobre os boletos, não encontrados pela PF, tanto Gedimar quanto Hamilton sugeriram que as perguntas sobre o seu destino fossem feitas aos policiais federais.

Gedimar diz que recebeu o dinheiro levado pela "circunstância da situação", e que assumia a sua parte na entrega do dinheiro a Valdebran. Gedimar e Hamilton afirmaram agir sob a coordenação do chefe de inteligência do comitê de Lula, Jorge Lorenzetti. A missão de Lacerda seria acompanhar os aspectos relacionados a entrevista concedida por Vedoin à revista *Isto É*, mas por conta própria ele resolveu encaminhar o material de campanha a Brasília, por intermédio de Gedimar.

Paulo Bernardo sugere criação de portal

A CPI dos Sanguessugas ouviu na quarta-feira sugestões de ministros para aprimorar a fiscalização de gastos públicos a fim de evitar problemas como o uso de recursos do Orçamento para comprar ambulâncias superfaturadas, o que vem sendo investigado pela CPI. Os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e do Controle e Transparência, Jorge Hage, vêem na informatização e divulgação de dados via internet uma importante arma na luta contra a corrupção.

As propostas apresentadas pelos ministros contribuirão para o relatório final da CPI, a cargo de Amir Lando (PMDB-RO). Para o senador, a função da CPI não é apenas punir, mas prevenir e ajudar a construir uma metodologia de combate à corrupção.

– A informatização é o primeiro caminho como mecanismo de controle, mas claro que é uma ferramenta que também precisa de ética em seu uso. É um instrumento que, em caso de qualquer irregularidade, acende a luz vermelha – declarou Lando.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que o ministério vem pensando em maneiras para melhorar a fiscalização dos cerca de 100 mil convênios feitos pelo governo federal com os entes federativos e com o terceiro setor (organizações não-governamentais). O ministro contou que o governo lida com diversos problemas para realizar as fiscalizações, como controle manual e lento, que leva a atrasos nas prestações de contas por parte dos recebedores de recursos.

Paulo Bernardo sugeriu a criação

de um portal para esses convênios, onde todo cidadão poderia acompanhar desde o projeto, até o andamento e sua execução. No portal, seriam padronizados os convênios celebrados e definidos pelos parâmetros de elegibilidade dos contratos. As entidades privadas poderiam ainda acompanhar *on-line* os depósitos e informar as despesas. Bernardo calcula que o portal pode estar operante dentro de um ano.

O ministro sugeriu ainda que houvesse um limite mínimo de R\$ 150 mil para que a fiscalização dos convênios ficasse a cargo do ministério, uma vez que contratos inferiores a esse valor não compensariam os gastos que a administração federal tem em sua fiscalização. Os contratos menores seriam portanto sob controle dos próprios entes federativos.

Ideli faz interpelação no STF contra Gabeira

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou ao Supremo Tribunal Federal, na terça-feira, uma interpelação judicial contra o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) devido a declarações feitas por ele. Gabeira, vice-relator da CPI dos Sanguessugas, afirmou na sexta-feira passada que Ideli, líder do PT no Senado, deveria se afastar das investigações conduzidas pela comissão, pois ela não teria repassado à CPI informações consideradas importantes.

Gabeira, que antes de entregar seu relatório deve conversar com Diógenes Curado, o delegado da Polícia Federal que investiga o caso do dossiê, se referia ao encontro do qual Ideli havia

participado, no dia 4 de outubro, com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o ex-secretário do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas e o ex-diretor do Banco do Brasil Expedito Veloso. Bargas e Expedito, que atuaram na campanha de reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e participaram da tentativa de compra do dossiê contra candidatos do PSDB – incluindo José Serra (SP) – que disputava o governo de São Paulo.

No pedido de explicações que Ideli encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, ela destaca que "o interpelado [Gabeira] procura envolvê-la, na condição de cúmplice, no episódio da tentativa de compra do dossiê".

ACM registra denúncia de jornal contra filho de Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comentou a matéria de capa de terça-feira do jornal *Folha de S.Paulo*. Com o título "Publicidade oficial ajuda a bancar TV de filho de Lula", a matéria afirma que a empresa Gamecorp, que tem como sócio Fábio Luiz Lula da Silva, divide com o Grupo Bandeirantes o faturamento obtido com verbas federais em anúncios no canal Play TV (ex-Rede 21). Ainda de acordo com o jornal, registrou o senador, o acordo "garante à empresa do filho de Lula 50% da receita na publicidade da emissora".

A Gamecorp receberia pelo menos R\$ 250 mil mensais e ainda parte da receita obtida com os 20 maiores anunciantes da emissora em 2005, entre os quais a Secretaria de Administração da Presidência da República, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Antero sugere que Abicalil e Mercadante deponham

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sugeriu que o deputado Carlos Abicalil (PT-MT) e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) prestem depoimento à CPI dos Sanguessugas.

De acordo com Antero, Abicalil "tem muito a contar à CPI" sobre a venda de um dossiê, pelos Vedoin, líderes da chamada máfia das ambulâncias, ao PT, tentando incriminar candidatos do PSDB nas últimas eleições.

Já Mercadante foi acusado por Antero de se reunir com Osvaldo Bargas e Expedito Veloso para que eles pudessem orientar os parlamentares do PT quanto ao que deveriam perguntar a Darci e Luiz Antonio Vedoin quando de seus depoimentos no Conselho de Ética do Senado.



Paulo Bernardo (E) e Jorge Hage dizem que a informatização e divulgação via internet das informações sobre gastos públicos é uma importante arma na luta contra a corrupção



Jorge Hage defende controle de convênios

Durante a reunião de quarta-feira na CPI dos Sanguessugas, o ministro do Controle e da Transparência, Jorge Hage, apresentou diversas sugestões para melhorar o controle do Estado sobre os recursos liberados para o pagamento de convênios com estados, municípios e organizações não-governamentais (ONGs).

Uma das principais propostas apresentadas por Jorge Hage é o incremento do portal da transparência na internet, já existentes (www.portaldatransparencia.gov.br). Nesse site, deverá ser inserido

todo tipo de informação sobre os convênios firmados pelo governo, cujas movimentações poderiam ser enviadas por *e-mail* para órgãos e cidadãos interessados.

O ministro também defende o aprimoramento da formulação dos programas de governo, de forma que possam ser melhor selecionados os projetos apresentados aos ministérios; a informatização do processo de análise, a padronização das especificações dos projetos e a confecção de tabelas atualizadas de preços de materiais a serem comprados.

Também foi sugerida por Hage, a criação de um cadastro nacional de pessoas não idôneas para tratar com a administração pública, envolvendo município, estado e União. Esse cadastro só existe hoje em âmbito federal. Hage propôs ainda que as informações das contas bancárias que recebem recursos por convênios firmados com a União sejam públicas, sem direito a sigilo bancário. Além disso, o ministro acha que os recursos dessas contas não podem ser sacados sem identificação do sacador, como ocorre hoje.

PLENÁRIO Medidas econômicas, crescimento do país e coalizão de apoio a Lula foram discutidos pelos senadores

Lobão cobra mais verbas para atividades do Ibama

Edison Lobão (PFL-MA) chamou a atenção para as dificuldades financeiras que vem enfrentando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O senador informou que as unidades do órgão pelo país têm dívidas da ordem de R\$ 27



Lobão diz que faltam ao Ibama verbas essenciais ao funcionamento do órgão

milhões com fornecedores de energia elétrica, combustíveis e serviços de limpeza, conservação e segurança.

– O Ibama é um dos órgãos ambientais mais importantes da América Latina. No entanto, faltam-lhe as verbas essenciais às suas tarefas e ele agora sofre ameaça de bloquearem as linhas telefônicas por falta de pagamento. Uma verdadeira desmoralização – relatou.

Na avaliação de Lobão, os crimes contra o meio ambiente seriam menores se o Ibama recebesse os recursos necessários para o seu pleno funcionamento.

– A missão do Ibama é de relevância internacional nesta época em que o mundo parece acordar para os riscos que ameaçam o planeta Terra – advertiu.

Osmar Dias comenta baixo resultado do PIB

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o país passa por um processo de desindustrialização. Para ele, o crescimento de apenas meio ponto percentual do produto interno bruto (PIB), no último trimestre, é “uma luz vermelha que se acende, principalmente na indústria”. No entanto, o senador ressaltou que a agricultura cresceu acima da média no trimestre (1,1%), o que indica o começo de uma recuperação, “muito mais por fatores externos do que por políticas internas”.

Delcídio defende maior participação do Congresso

Retomando seu primeiro discurso no Senado, há quatro anos, Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a necessidade de o Congresso aprofundar o debate sobre os programas de governo, e assinalou que o Brasil paga um elevado preço por não dar maior importância ao planejamento estratégico de longo prazo – na qual, em sua opinião, o Congresso deveria ter maior participação.

O senador disse que, para isso, os parlamentares têm de criar mecanismos que agilizem a apreciação e a aprovação das leis orçamentárias.

DESPEDIDA - Roberto Cavalcanti (PRB-PB) registrou a recente realização de uma série de eventos relativos ao biodiesel, como a Feira Internacional de Agroenergia e Biocombustíveis (Enerbrio 2006), a Conferência Internacional de Biocombustíveis, o Simpósio Brasileiro de Agroenergia, e o Encontro Franco-Brasileiro de Biocombustíveis, em Brasília.

– A bioenergia é uma conquista brasileira fantástica e irreversível; uma lição ao mundo de como produzir energia renovável – disse Cavalcanti, que se despediu do Senado na semana passada. O titular da cadeira, José Maranhão (PMDB-PB), que estava de licença desde 1º de agosto, retornou à Casa na última sexta-feira.

Viana pede mais verbas para saneamento

Tião Viana (PT-AC) cobrou a responsabilidade do poder público de “saldar a dívida com a população na área de saneamento básico”.

Segundo revelou, 65% dos municípios brasileiros despejam seus resíduos sólidos a céu aberto, e a coleta seletiva de lixo só é realizada em 451 dos 5.561 municípios do país, embora tenha crescido 38% entre 2004 e 2005.

Ele considera que o resgate dessa dívida social depende de investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões.

– A Constituição de 1988 estabeleceu que saneamento e saúde são indissociáveis e a Organização Mundial de Saúde (OMS) reafirmou essa compreensão. Para cada R\$ 1 investido em saneamento, tem-se R\$ 4 de economia em saúde pública por dez anos seguidos – declarou.

Apesar dos avanços promovidos pelo governo, disse Tião Viana, 65% das doenças no Brasil são causadas pela falta de saneamento, e apenas 1.032 tone-



A cada real investido em saneamento, país economiza quatro em saúde, diz Viana

ladas das quase 228 mil toneladas de lixo coletadas diariamente no país são incineradas.

Alvaro aplaude subsídio para casa própria

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aplaudiu o anúncio do governo de que vai subsidiar a casa própria para trabalhadores de baixa renda. Ele observou, no entanto, que isso não significa que a oposição deve se render à cooptação que o governo Lula está promovendo através do “adesismo fácil e do fisiologismo”.

– Até então, o governo Lula não havia tomado qualquer iniciativa nesse setor. Com isso, o déficit habitacional cresceu.

Só no meu estado, são 260 mil famílias que sonham com a casa própria. Ficaria mais feliz se tivesse outras oportunidades para aplaudir – afirmou.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse, em aparte, que por meio da construção civil será possível gerar empregos e pediu que o governo financie apenas a construção de imóveis novos e pare de financiar imóveis usados.

Alvaro ainda rejeitou a tese de que é necessário garantir a

governabilidade, defendida pelo presidente Lula junto aos partidos. Ele condenou declaração recente de Lula, pedindo que só lhe façam oposição em 2010.

– Isso é uma tentativa de neutralizar forças políticas de oposição para que tenhamos um país de um livro só, o país da unanimidade, ignorando que toda unanimidade é burra. Não é essa governabilidade do amém que se deseja, com inexistência da crítica – concluiu.

Ideli propõe discussão sobre déficit da Previdência Social

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o setor da construção civil vem crescendo graças a um conjunto de medidas adotadas pelo governo, como a redução da carga tributária para 7%, a desoneração de 45 itens de material de construção, a ampliação da oferta de crédito habitacional e a criação de um fundo de financiamento para moradia popular.

Ideli também tratou do déficit da Previdência Social, estimado em R\$ 42 bilhões. Para ela, o governo deveria abrir discussão sobre esse assunto. Na conta, segundo observou, costumam-se incluir as concessões as entidades filantrópicas, as micro e pequenas empresas cobertas pelo Supersimples, e às aposentadorias rural não-contributiva, custo que acaba sendo assumido pelos contribuintes da Previdência.

– Se o benefício fiscal é importante para o país, o país tem que pagar por isso, e não quem contribui para o sistema previdenciário – disse.

Flexa Ribeiro quer redução mais acelerada da taxa Selic

É fundamental, na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que a Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) seja reduzida de forma mais acentuada. Ele observou que, apesar do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) ter anunciado a redução da taxa em 0,5 ponto percentual, a tendência é que ela caia de forma mais lenta a partir de 2007.

Para o senador, isso seria “lamentável para o crescimento da economia brasileira”. Ele avaliou que a economia tem condições de suportar uma redução mais acelerada, o que levaria a taxa de juros real do Brasil a um patamar mais compatível com a praticada internacionalmente. Em termos de juros reais (descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses), observou, o Brasil se mantém na liderança do ranking mundial, com uma taxa de 8,7% ao ano.

– A elite financeira nada tem a reclamar de Lula, pai dos pobres e mãe dos ricos – afirmou.

Osmar e Cristovam dizem que PDT deve se manter na oposição

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), disse na última terça-feira que o seu partido não deve integrar a coalizão de apoio ao governo do presidente Lula. – Não apoiamos o candidato Lula no segundo turno das eleições e não tem sentido correr agora para abraçar o governo. Aliás, não entendo por que o PDT na Câmara está tão apaixonado por Lula – declarou.

Ele ponderou que ficar independente não significa votar contra tudo que o governo propor, mas sim votar medidas de interesse do país.

Cristovam Buarque (DF) também defendeu a permanência do partido na oposição. “Se a maioria do PDT decidir que deve entrar no governo, eu não vou sair do partido; mas peço aos governadores, prefeitos e parlamentares que defendem o apoio ao governo que digam também que, se o partido resolver ficar na oposição, eles continuarão no PDT”, afirmou.

Adesão do PMDB à coalizão governista divide senadores

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) festejou a decisão tomada por seu partido na última quinta-feira, de participar da coalizão política proposta pelo presidente Lula. “Só houve uma abstenção e dois votos contrários em 150”, afirmou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da reunião em que o conselho nacional do PMDB formalizou seu apoio oficial e foi um dos que defenderam a decisão. José Sarney (AP) e Romero Jucá (RR) também se manifestaram favoráveis ao apoio. “Sem o PMDB, esse país não terá governabilidade”, disse Sarney.

Já Almeida Lima (SE) e Pedro Simon (RS) contestaram a decisão. Almeida Lima classificou o apoio de “complacência da oposição com os desatinos do governo” no primeiro mandato, e Simon disse que o governo de Lula deixa muito a desejar no compromisso com a ética e com a seriedade.

Arthur Virgílio denuncia “inquisição” em ministério

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que uma “inquisição” está em curso no Ministério do Desenvolvimento. O senador revelou que o ministro Luiz Fernando Furlan nomeou três servidores para constituírem uma comissão de sindicância incumbida de apurar o “responsável pelo fornecimento de cópia do aviso a Arthur Virgílio”.

O senador declarou que o aviso é um documento, sobre o qual Virgílio fez alertas em Plenário, que retira do Amazonas a exclusividade para abrigar as indústrias de semicondutores para TV digital.

– O ministro e a Casa Civil negaram a existência do aviso, mas a mentira tem pernas curtas. Agora, Furlan promove uma “caça às bruxas” – disse. Virgílio ainda solicitou à Mesa providências para que seus requerimentos de informação encaminhados a diversos ministérios sejam respondidos. A solicitação recebeu apoio de Tião Viana (PT-AC).

MERCOSUL

MARCELLO CASAL JR./ABR



Presidentes Chávez (D), Kirchner e Lula terão no novo órgão um fórum de debate dos problemas enfrentados pelos países-membros

Marcada inauguração do Parlamento do Mercosul

Ao lado do presidente Lula, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá abrir no próximo dia 14 de dezembro, no Plenário da Casa, a sessão inaugural do Parlamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A solenidade deverá contar com as presenças, ainda, dos presidentes dos Parla-mentos da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Para o presidente *pro tempore* da Comissão Parla-mentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), essa solenidade significará a verdadeira e definitiva integração da América Latina.

Os cinco países-membros ple-nos do Mercosul têm, em con-

junto, um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão. Esse Par-lamento terá sede permanente em Montevidéu (Uruguai) e, como principal função, facilitar a execução dos acordos regionais entre os países e zelar por sua efetiva atuação, além de ser um fórum permanente de debate dos problemas que eles enfrentam.

Cada país-membro terá nove senadores e nove deputados como representantes. O proto-colo que constituiu o Parlamento do Mercosul trata de estrutura, propósitos, competências e prin-cípios da instituição. O próximo passo agora é a elaboração de um estatuto comum para as coopera-tivas dos países do bloco.

Novo órgão deverá ter sessões plenárias em março de 2007

As primeiras sessões plenárias do Parlamento do Mercosul, já na sua sede em Montevidéu, deverão ser realizadas a partir de março de 2007, em data ainda a ser definida. Nesse momento, os parlamentares dos cinco países que compõem o bloco darão início a uma rotina de debates sobre o processo de integração continental inspirada no exemplo do Parlamento Europeu.

O novo parlamento é definido, no seu protocolo constitutivo, como um “órgão de representa-

ção de seus povos, independente e autônomo”, que passará a integrar a estrutura institucional do Mercosul. As decisões serão inicialmente adotadas pelos par-lamentares de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela já é considerada membro pleno do Mercosul, mas ainda em processo de adesão. No novo parla-mento, deputados venezuelanos dividirão o Plenário com seus colegas dos quatro países fun-dadores do bloco. Terão direito a voz, mas ainda não a voto.

PORTUGUÊS – José Sarney (PMDB-AP) cumprimentou a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, por convocar reunião das Cortes Supremas Constitucionais e Tribunais de Recursos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em que foi apresentada proposta de criação de um banco de dados para armazenar jurisprudência de todos os tribunais dos países de língua portuguesa.

EVANGÉLICOS – O Dia do Evangélico – celebrado na última quinta-feira – foi homenageado em Plenário pelos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Heloísa Helena (PSOL-AL), Patrícia Saboya (PSB-CE), José Sarney (PMDB-AP) e Edison Lobão (PFL-MA). Os parlamentares ressaltaram, entre outros fatos, que o Dia do Evangélico foi sancionado há 11 anos pelo então governador do Distrito Federal, o hoje senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

MULHER

Ações pelo respeito às mulheres

O Congresso realizou na última quinta-feira, no Plenário da Câmara dos Deputados, uma sessão solene para celebrar a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher – 25 de novembro. A sessão foi aberta pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), também a primeira a discursar.

Os oradores destacaram leis e ações de combate à violência contra a mulher e pediram maior empenho das autoridades na aprovação de novos projetos, na liberação de recursos e no cumprimento da legislação para punir agressores.

Participaram ainda da cerimônia a ministra da Secretaria



O embaixador da Síria (E), a deputada Jandira Feghali, Serys Slhessarenko e a embaixadora da Suécia em sessão do Congresso

Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; a secretária de Direitos Humanos e Segurança do Cidadão da Prefeitura do Recife, Karla Menezes; e os embaixadores da Síria, Alli Diab, e da Suécia,

Margareta Winberg.

Serys citou vários casos ocorridos no Brasil de violência contra as mulheres cometida pelos próprios maridos e pediu “tolerância zero à violência contra a mulher”.

EDUCAÇÃO – Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a educação é o único caminho duradouro para acabar com a violência contra a mulher. Ele reconhece que todo tipo de violência precisa ser combatida com repressão, mas disse acreditar que, por meio de grandes campanhas de educação, a serem veiculadas nas escolas, será possível educar as crianças para, no futuro, ter uma sociedade que respeite as mulheres.

COMBATE – Na avaliação da senadora Serys Slhessarenko, a violência contra a mulher cria uma visão de mundo equivocada, que ignora as regras de respeito mútuo entre os seres humanos. Ela ainda citou leis já em vigor para combater crimes de violência contra as mulheres, como a que estabelece a notificação compulsória no caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados (Lei 10.778/03).

LEGISLAÇÃO – A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) recordou que foi a relatora do projeto que deu origem à Lei 11.340/06 – conhecida como Lei Maria da Penha –, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres e dispôs sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ela pediu políticas públicas para as mulheres nas áreas de educação, saúde e assistência social.

TRAJETÓRIA – O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou a “grandeza insuperável” das mulheres, sua força e capacidade de superação. Ele as homenageou pela “batalha travada” contra a violência e pela ampliação de seus espaços na sociedade, além de relembrar sua trajetória de emancipação política – da garantia do direito ao voto, em 1932, à disputa pela Presidência da República, em 2006, pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Ministra: verbas para monitorar aplicação de lei

Durante a sessão solene da última quinta-feira, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pediu aos parlamentares que destinem recursos, no próximo Orçamento da União, para a criação de um observatório nacional com a finalidade de monitorar a aplicação, em todo o território nacional, da Lei Maria da Penha, destinada a prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Secretária alerta para número de mortes em PE

A secretária de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, Karla Menezes, disse que 275 mulheres foram assassinadas em Pernambuco, durante os primeiros oito meses deste ano. Ela assinalou ainda que a violência contra a mulher em Pernambuco é agravada pela falta de ação do governo estadual. A secretária ressaltou que o orçamento do estado para 2006 previa apenas R\$ 25 mil para a segurança da mulher.

Deputados exaltam trabalho das mulheres

Entre os parlamentares que se pronunciaram na sessão solene estavam os deputados Fernando Ferro (PT-PE), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Iara Bernardi (PT-SP), Eduardo Campos (PSB-PE) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Eles destacaram, entre outros temas, a necessidade de uma política de Estado voltada para a área dos direitos das mulheres e o menor número de deputadas e senadoras eleitas este ano, em comparação com a bancada feminina atual.

VALADÃO – Gerson Camata (PMDB-ES) encaminhou à Mesa, na última terça-feira, voto de pesar pela morte do ator capixaba Jece Valadão e pedido de apresentação de condolências à esposa, Vera Lúcia Valadão, a ex-esposa Vera Ximenes, sua enteada Luciana Ximenes e seu filho Marco Antônio Valadão Ximenes. O senador lembrou que Valadão deixou uma galeria de personagens que fizeram sucesso no cinema nacional nos anos 1960 e 1970.

EXCEPCIONAIS – Flávio Arns (PT-PR) apresentou, na última segunda-feira, dois requerimentos. Um foi de pesar, endereçado à família de Emílio Mudre, um dos líderes do movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), falecido no último dia 20 em acidente automobilístico. O outro requerimento, de felicitações, foi dirigido à Arquidiocese de Curitiba, pela ordenação do padre natisurdo (nascido surdo) Wilson Czaia.

RAMEZ TEBET – O senador Válder Pereira (PMDB-MS) comunicou ao Plenário que a Universidade do Legislativo (Unilegis) concedeu, na última terça-feira, o título de professor *honoris causa* ao senador Ramez Tebet, que morreu no dia 17 de novembro. O diploma foi entregue à viúva do parlamentar, Fairte Nassar Tebet, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Para Válder Pereira, “seria com sincera emoção que Tebet receberia o título do Unilegis”.

Voz do Leitor

PREVIDÊNCIA RURAL

“Uma matéria do **Jornal do Senado** de 30 de setembro a 5 de outubro provocou indignação junto aos ruralistas com a informação de que, para o consultor Gilberto Guerzoni, o déficit previdenciário é causado pela previdência rural. O que levou ao déficit foram fraudes e sonegações, a culpa não é do ceceiro! O agricultor é o trabalhador que mais sofre no Brasil! Estamos a caminho da privatização da Previdência Social no Brasil, como nos Estados Unidos. Aqui na Bahia, enfrentamos sérios problemas com o INSS. Inclusive vou fazer uma viagem de bicicleta para Brasília, em protesto contra os atos arbitrários do INSS baiano! Que Lula e o Congresso Nacional olhem por nós da Bahia. Há muito tempo esqueceram de nós.”

Cláudio Santiago,
de Maracás (BA)

CARTÓRIOS

“Parabéns pela iniciativa de publicar o *Especial Cidadania*. Quanto à matéria sobre cartórios extrajudiciais [no jornal de 6 a 12 de novembro de 2006], gostaria de esclarecer que eles são atividade exercida por delegação e não concessão. Por outro lado, podem ser fiscalizados pelo Procon e pelo Ministério Público, da mesma forma que os bancos e escolas, que são respectivamente fiscalizados pelo Banco Central e pelo MEC. O Judiciário fiscaliza os cartórios, mas é o Executivo que faz as delegações. É extremamente urgente a unificação e integração dos dados dos cartórios. As pessoas obtêm gratuidade judicial para discutir questões como dano material e moral, mas não conseguem gratuidade nos cartórios para registrar a moradia, a tramitação da habilitação de casamento, o registro de uma união estável. Isso é inversão de valores. Quanto ao Cartório 24 Horas, o sistema vem negando

gratuidade aos carentes, o que é ilegal.”

André Luís Alves de Melo,
de Estrela do Sul (MG)

RIO GRANDE DO NORTE

“Quero sugerir aos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino e à recém-eleita Rosalba que, mesmo sendo adversários da governadora Wilma de Farias, possam aliar-se a ela pelo bem do nosso Rio Grande do Norte. Acredito que candidatos só devem ser adversários na campanha, ao ganharem devem governar o estado juntos e não apenas as cidades onde tiveram a maioria. Se todos pensarem no bem da população potiguar, acreditem, terão o agradecimento daqueles que votaram nos senhores, bem como daqueles que passarão a admirá-los.”

Teresa Bianca, de Acari (RN)

ELEIÇÕES

“Parabenizo o TSE pelo brilhante trabalho realizado, mostrando que temos capacidade e tecnologia a ser usada na democracia. Sugiro que o Senado formule providências para que nas próximas eleições seja colocada nos títulos eleitorais a foto do cidadão, evitando ou dificultando possíveis fraudes, e que esse documento passe a ser um cartão magnético contendo informações do eleitor, para agilizar o processo de votação. Assim teremos eleições mais seguras e ágeis.”

Cláudio Sampaio Nascimento,
de Coroatá (MA)

SALÁRIO MÍNIMO

“O salário mínimo está defasado e espero que os senhores senadores possam negociar com o Executivo e chegar a um reajuste considerável, estendendo o aumento aos aposentados e pensionistas do INSS.”

Alexnaldo de Santana Santos,
de Catu (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

“Qual a importância da aprovação do orçamento impositivo?”

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) responde:

Trata-se de uma matéria bastante polêmica, mas eu sou favorável. Na minha opinião o Brasil já tem as bases necessárias para a implantação do orçamento impositivo: a inflação está estabilizada, os juros continuam caindo e a economia está equilibrada.

Eu acredito que o governo já não teria tanta dificuldade de cumprir um orçamento que seria aprovado pelo Congresso Nacional, até porque esse orçamento vem do Executivo. Dificilmente o Congresso Nacional aumenta o orçamento. Às vezes faz alguma estimativa de receita, mas isso é mínimo. Pelos motivos que estou apresentando, prezado Murilo, você pode ver que a medida seria muito importante para todas as regiões. Hoje, ocorrem contingenciamentos. O governo deixa de aplicar num setor para aplicar em outro. Medidas provisórias são encaminhadas ao Congresso cancelando a receita em determinada fonte para aplicá-la em outra. O orçamento impositivo acabaria com isso, possibilitando planejar a aplicação dos recursos orçamentários em mais longo prazo.



EXAME DA OAB

Júlio César Cardoso, de Porto Alegre (RS)

“O senhor acha que o bacharel em Direito poderia exercer a profissão sem prestar o exame da Ordem dos Advogados do Brasil?”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:

Eu não vejo como correta essa exceção, de só os advogados precisarem prestar o exame da OAB para poderem exercer sua profissão.

Na verdade, considero que todos nós profissionais deveríamos nos submeter a algum tipo de avaliação.

Desse modo, prezado Júlio César, considero que a OAB está certa ao fazer a exigência. E acredito que exames semelhantes deveriam ser estendidos a todas as demais profissões.

A Medicina, por exemplo, precisaria contar com uma avaliação. E talvez ela não devesse ser aplicada pelo Conselho Federal de Medicina, mas sim pelo conjunto das universidades que compõem a área de saúde. Caberia a essas instituições de ensino superior organizarem os exames de avaliação dirigidos aos médicos recém-formados.



Frases

“Não vejo como o PMDB possa cumprir estrategicamente o papel que a História e as urnas lhe reservaram senão aprimorando a coalizão, definindo os fundamentos da coalizão, fazendo propostas. Eu trabalharei para que isso aconteça”

Renan Calheiros, defendendo coalizão com o governo.

“Não entendo por que o PDT na Câmara está tão apaixonado pelo presidente Lula”

Osmar Dias, para quem o PDT não deve integrar coalizão de apoio ao governo.

“Não é justo que pessoas se utilizem de mecanismos ágeis para, em nome de uma entidade que supostamente serviria para combater doenças como câncer, com suas arapucas, malversar o recurso público”

Heráclito Fortes, ao garantir que a CPI das ONGs não vai prejudicar as entidades idôneas.

“O Senado cumpriu o seu papel. Saio de cabeça erguida, com a certeza do dever cumprido. Em momento algum se falou em acordão, foi o ânimo do colegiado dos senadores”

João Alberto, presidente do Conselho de Ética, desmentindo “acordão” para absolver senadores.

“Como Bentinho, tenho acompanhado um caso intrigante que postumamente a Machado rendeu diversas versões, muitas convincentes, mas não posso afirmar com 100% de certeza que Capitu fraquejou e foi dar em praias escobarianas”

Demostenes Torres, recorrendo ao *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, para dizer que, no processo contra Magno Malta, encontrou indícios, mas não provas.

“Se as contas forem feitas de forma adequada e com um endereço de pagamento a quem de direito e não apenas aos que são chamados a pagar as contas, podemos ter uma reformulação significativa naquilo que é, efetivamente, déficit previdenciário”

Ideli Salvatti, argumentando que uma coisa é déficit; outra, custos que o país deve assumir.

Foto da Semana

No Conselho de Ética, governo e oposição votaram em harmonia para aprovar os pareceres que inocentaram os senadores Serys Slhessarenko e Magno Malta e o que condenou o senador Ney Suassuna a censura verbal. Na foto, os senadores Demostenes Torres (E, de costas), Antero Paes de Barros, Heráclito Fortes, Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio conversam pouco antes da reunião



CÉLIO AZEVEDO

Rádio debate mudanças no Orçamento

A mudança no processo orçamentário e suas implicações são o tema do debate do *Conexão Senado* desta segunda-feira, que vai ao ar pela Rádio Senado ao meio-dia.

O Congresso acolheu as modificações no rito de discussão e votação do Orçamento com o objetivo de tornar mais transparentes a análise e a apresentação de emendas, além de tentar impedir possíveis fraudes. Falhas no processo de elaboração da lei que define os gastos do governo ficaram evidentes depois do escândalo dos sanguessugas, em que a Polícia Federal desco-

briu irregularidades na compra de ambulâncias com dinheiro público.

As alterações aprovadas profíbem a apresentação de emendas de bancada redigidas de forma genérica. Uma emenda ao Orçamento para a compra de ambulâncias, por exemplo, terá de especificar valores e cidades que receberão o benefício. A CPI dos Sanguessugas recomendou essa medida, alegando que a falta de clareza das emendas foi um dos fatores que levaram às fraudes na compra de ambulâncias.

No programa *Prosa e Verso* desta semana, a Rádio Sena-

MÁRCIA KALLUME



Entre as alterações aprovadas pelo Congresso está a redução pela metade do número de membros da Comissão Mista de Orçamento

do apresenta *Os Lusíadas*, de Camões, obra considerada "o clássico dos clássicos" da língua portuguesa. O especial vai ao ar às 9h deste sábado, com reprise no domingo, às 16h.

Já o *Senado é Mais Brasil*, da Rádio Senado Ondas Curtas, apresenta na quarta-feira, com reprise no domingo, sempre a partir das 7h, no quadro *Viver da Terra*, entrevista com o professor

César Machado, proprietário da Ranicultura Brasil, entidade que presta consultoria para os interessados em todo o país sobre criação de rãs. A ranicultura é uma atividade pouco explorada no Brasil e pode garantir renda para produtores organizados no regime de agricultura familiar. Para obter mais informações consulte o site www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsot

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Senado lança livro e DVD sobre Ciência Política

Será lançado na quarta-feira, às 18h, no Salão Nobre do Senado Federal, o primeiro volume das Edições Unilegis de Ciência Política. O volume inicial, com o título *Introdução à Ciência Política*, é acompanhado de dez videoaulas sobre o tema para curso de educação a distância disponibilizado em DVD.

O evento dá continuidade às ações educacionais da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e conta com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O livro é um roteiro didático para estudos preliminares necessários à compreensão do desenvolvimento do pensamento político, abrangendo

desde as origens da Filosofia Política clássica e o surgimento da Sociologia Política até o que constitui a Ciência Política hoje.

O livro também aborda aspectos essenciais da Ciência Política, como instituições, recursos, processos e fins, conforme a proposta do professor Philippe Schmitter. O conteúdo da obra e as aulas estão a cargo do consultor, cientista político e professor Octaciano Nogueira Filho.

Um dos objetivos do projeto é atuar junto à comunidade legislativa e aos cidadãos para informar e esclarecer a respeito do papel do Parlamento e de outras instituições políticas.

JOSÉ CRUZ



Paulo Brandão (E), da Seep, mostra obras em braile a Renan, Efraim, Agaciel e Garibaldi

OBRAS RARAS

Brasil monárquico nas biografias e retratos

GALERIA dos brasileiros illustres (os contemporâneos): retratos dos homens mais illustres do Brasil na política, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias. Copiados do natural e lithographados por S.A. Sisson, acompanhados das suas respectivas biographias, publicada sob a protecção de Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Lithographia de S.A. Sisson, Editor, 1861. 2 v. : il. retrs.

Obra biográfica, em dois volumes, contendo retratos em papel-da-china com assinaturas fac-similares de homens notáveis e eminentes do Brasil à época. As biografias foram redigidas com a colaboração de José Martiniano de Alencar, Manuel de Araújo Porto Alegre, Adolfo Bezerra de Menezes, Antônio Ferreira Viana, João Carlos de Sousa Ferreira, Tomás Alves Júnior, Jorge Gussem e outros.

Entre os biografados encontram-se o Visconde de Abaeté, José Tomás Nabuco de Araújo, Visconde de Cairu, José Bonifácio de Andrada e Silva, Visconde de Caravelas e dom Pedro II, entre outras figuras, principalmente



Felisberto Caldeira Brant Pontes, Visconde e Marquês de Barbacena

GALERIA dos brasileiros illustres. Rio de Janeiro: Lithographia de S.A. Sisson, Editor, 1861. 2 v. : il. retrs.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

Serviço de impressão em braile é ampliado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou na quarta-feira a expansão do sistema de impressão em braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, que completa seu oitavo ano imprimindo com essa técnica. Ele disse que a iniciativa torna a gráfica da Casa uma das mais completas do mundo.

Com duas novas impressoras, cada uma com capacidade de produção de 1.200 páginas por hora, o serviço quadruplica a capacidade de impressão em braile da Casa para atender à crescente demanda de bibliotecas e entidades.

Renan Calheiros determinou que as obras em braile sejam expostas em todas as feiras e exposições de livros das quais

a Casa venha a participar. Ao lado do 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), do diretor-geral, Agaciel Maia, do diretor-executivo da secretaria, Júlio Pedrosa, do chefe de serviço Paulo Brandão e do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o presidente do Senado afirmou que a iniciativa aproxima ainda mais a Casa da sociedade, em especial dos 1,5 milhão de brasileiros com deficiência visual.

Segundo Renan, desde que foi criada a Comissão Especial de Acessibilidade, em 2004, muito já foi feito para tornar a instituição mais acessível às pessoas com deficiência. Agaciel Maia destacou que o Senado foi o primeiro órgão público brasileiro a publicar em braile.

Paulo Brandão, que é deficiente visual, informou durante a solenidade que também foi publicada a lei que regulamenta o uso de cão-guia (Lei 11.126/05).

Títulos incluem leis de defesa do deficiente

A gráfica do Senado registra em seu catálogo 35 títulos já publicados em braile. Entre essas obras estão o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de autoria do vice-presidente do Conselho Editorial, Joaquim Campelo, a Constituição e o Código de Defesa do Consumidor.

Também faz parte da linha editorial de publicações em braile a edição de leis específicas, como as normas de defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual.

Renan diz que lei deve ser acessível a todos

Em seu discurso na inauguração da expansão do sistema de impressão em braile, Renan Calheiros assegurou que o Senado sempre se esforçará pela inclusão dos portadores de deficiência, no seu propósito de trabalhar em favor da cidadania.

– É inaceitável que, em pleno século 21, milhares de nossos irmãos sejam privados dos direitos mais elementares do ser humano, pelo simples fato de possuírem alguma deficiência física ou mental. A lei não deve ser feita para poucos, mas para todos.

Ele recomendou que o Senado continue, resolutamente, sendo um exemplo de inclusão social

e de resgate da cidadania. E afirmou que tem se empenhado para que a Casa seja um modelo de acessibilidade a ser seguido não apenas pelas instituições públicas, mas por todo o Brasil.

– Mas esses esforços seriam todos praticamente inúteis se não pudéssemos fazer com que as leis, razão de ser do Parlamento, estivessem ao alcance do conhecimento de todos os brasileiros.

Renan Calheiros saudou a presidente da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, Mônica de Araújo Freitas, e todos os que trabalharam para materializar o desejo dos interessados em ler em braile as

leis editadas pelo Congresso. Ele disse que, com essa inauguração, mais uma vez o Senado supera os desafios que lhe são colocados pelas circunstâncias da vida política e social do Brasil.

– Foi com essa mesma ousadia e determinação que, em 1963, o então presidente desta Casa, senador Auro de Moura Andrade, autorizou a criação do Serviço Gráfico do Senado Federal. Hoje, decorridos 44 anos desde sua fundação, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações torna-se uma das gráficas mais completas do mundo, tanto em quantidade quanto em qualidade – destacou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Criança segura exige educação e disciplina

Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), cerca de 80 mil pessoas por ano sofrem intoxicação no país e 25% delas são menores de cinco anos. As crianças se intoxicam principalmente com medicamentos (37,4%), produtos sanitários

(18,8%) e produtos químicos industriais (8,4%).

Animais peçonhentos e plantas venenosas também são causas significativas de intoxicação: cerca de 18 mil envenenamentos por animais peçonhentos, como escorpiões (36%), cobras (29,4%) e aranhas (19,7%) são

registrados por ano.

Nesta edição, o *Especial Cidadania* traz a segunda e última parte da reportagem com dicas para evitar acidentes com crianças, diminuindo o risco de intoxicações, quedas, queimaduras, acidentes com arma de fogo e traumatismos.

Prevenindo o envenenamento

- ▶ Guarde todos os medicamentos e produtos de higiene e de limpeza fora da vista e do alcance das crianças;
- ▶ mantenha os produtos em suas embalagens originais. Nunca coloque um produto tóxico em outra embalagem: ele poderá ser confundido com algo sem perigo;
- ▶ saiba quais produtos domésticos são tóxicos. Produtos comuns, como os anti-sépticos bucais, por exemplo, podem ser nocivos se a criança engolir em grande quantidade;
- ▶ dê preferência a embalagens com lacre de segurança;

- ▶ preste atenção quando usar venenos, especialmente os raticidas e os usados para detetizar a casa: a criança só precisa de alguns segundos de acesso para intoxicar-se;
- ▶ não crie novas soluções de limpeza misturando diferentes produtos: a nova mistura pode ser muito mais nociva às crianças;
- ▶ leia os rótulos e bulas e siga corretamente as instruções e a receita do médico para dar remédios às crianças;
- ▶ nunca se refira a um medicamento como doce. Isto pode levar a criança a pensar que não é perigoso ou que é agradável de comer.

Como as crianças tendem a imitar os adultos, evite tomar medicamentos na frente delas;

- ▶ saiba quais plantas dentro e ao redor de sua casa são venenosas, remova-as ou deixe-as inacessíveis para as crianças;
- ▶ ensine as crianças a nunca colocarem na boca folhas, caule, casca, nozes ou sementes de qualquer planta;
- ▶ em caso de acidente, se puder, ligue para o Disque-Intoxicação (0800-722-6001), um serviço da Anvisa que orienta nos primeiros socorros de vítimas de intoxicação e que funciona todos os dias, 24 horas.

Cuidados em casa podem evitar as quedas

- ▶ Instale grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas e mezaninos.
- ▶ crianças com menos de seis anos não devem dormir em beliches. Se não puder evitar, coloque grades nas laterais;
- ▶ mantenha camas, armários e outros móveis longe das janelas. Além disso, verifique se os móveis e o tanque de lavar roupa estão estáveis e fixos;
- ▶ tenha cuidado com pisos escorregadios e coloque antiderrapante nos tapetes;
- ▶ as crianças devem brincar em locais seguros. Escadas, sacadas e lajes não são seguros;
- ▶ atenção aos cadarços de tênis desamarrados.

No carro: só no banco de trás

O Código de Trânsito obriga as crianças a sentarem no banco de trás até os dez anos. Atenção:

- ▶ use cadeiras certificadas pelo Inmetro adequadas ao tamanho e ao peso da criança e ao veículo;
- ▶ instale a cadeira e coloque a criança corretamente;
- ▶ é importante usar a cadeira e o cinto de segurança mesmo em pequenas distâncias (*veja a edição 68, de 11 de abril de 2005*);

Se a temperatura exterior estiver alta, dentro do carro o calor quase dobra, causando queimaduras em poucos minutos. Atenção também aos vidros elétricos: a criança pode sufocar caso ela

feche a janela enquanto está com a cabecinha para fora. Por estas razões:

- ▶ nunca deixe uma criança sozinha no carro ou o veículo aberto ou as chaves ao alcance da criança e ensine seu filho a não brincar dentro ou perto de carros;
- ▶ mantenha os bancos de trás travados para impedir o acesso ao porta-malas por dentro do carro.
- ▶ trave as portas traseiras com a trava manual, para impedir que a criança possa abri-la por dentro;
- ▶ trave os vidros de trás ou ensine a criança a não abri-los e fique de olho.

Armas de fogo travadas e trancadas

Crianças com menos de oito anos não conseguem distinguir armas reais das de brinquedo ou entender completamente as consequências de suas ações. A partir dos três anos, já são fortes o suficiente para puxar o gatilho de muitos revólveres. Por isso, elimine a possibilidade de acesso

da criança às armas:

- ▶ guarde a arma descarregada e travada, à chave ou em cofre, com as chaves e/ou segredo escondidos em lugares separados;
- ▶ guarde as munições em um lugar separado e trancado; e
- ▶ faça um curso sobre como guarda armas com segurança.

Não permita que a criança brinque perto do fogão

A maioria dos casos de acidentes acontece na cozinha, onde as crianças brincam na hora do preparo das refeições. Veja como prevenir queimaduras:

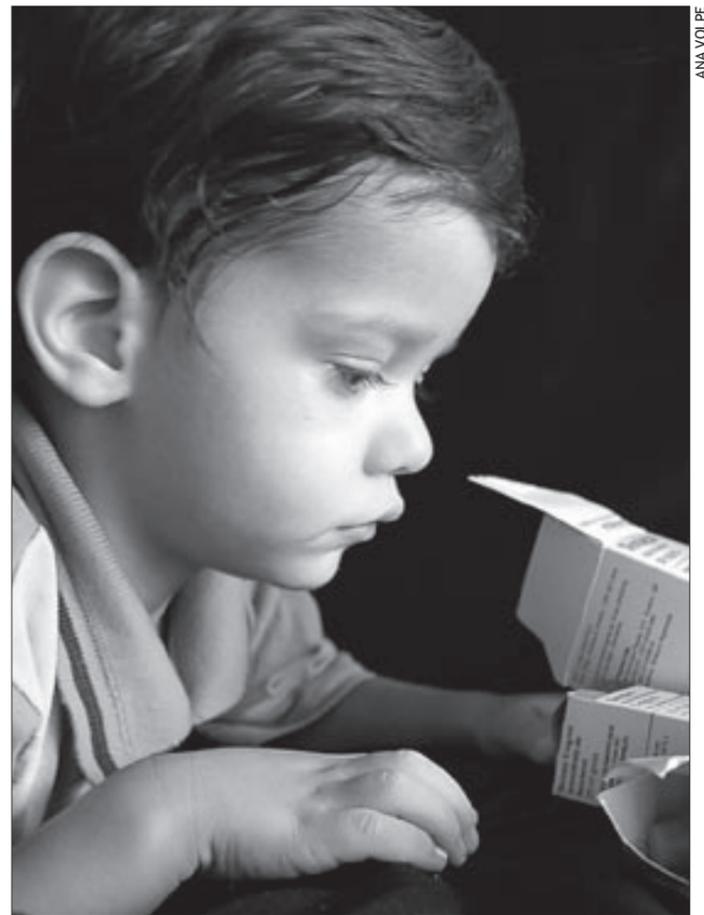
- ▶ não deixe fósforos, isqueiros, álcool e outras fontes de energia ao alcance das crianças;
- ▶ prefira o álcool em gel, que tem menor poder explosão;
- ▶ troque as fiações antigas e desencapadas e não deixe fios embaixo de tapetes;
- ▶ crianças jamais devem brincar com fogos de artifícios. Nas

festas juninas, nada de balões ou de saltar fogueiras;

- ▶ deixe inflamáveis como roupas, jornais e revistas longe da lareira e do aquecedor;
- ▶ ferro de passar e aquecedores devem ficar fora do alcance da criança;
- ▶ brincadeiras com pipa apenas sem cerol e longe dos fios de alta tensão;
- ▶ cozinhe, de preferência, nas bocas de trás do fogão e mantenha os cabos das panelas virados para dentro. Não deixe a criança

chegar perto do fogão aceso e desligue o gás sempre que não estiver cozinhando;

- ▶ não guarde alimentos, como doces e biscoitos, em prateleiras ou armários sobre o fogão;
- ▶ evite toalhas compridas na mesa. A criança pode puxar e derrubar alimentos quentes;
- ▶ velas devem ficar dentro de vasilhas não inflamáveis: não as deixe perto de cortinas e lençóis, ou de estruturas de madeira. Se possível, substitua velas e candelários por lanternas.



ANA VOLPE

Medicamentos, assim como produtos de higiene e de limpeza, devem ser guardados fora da vista e do alcance das crianças

Na rua, a regra é dar o exemplo e ensinar certo

- ▶ Não permita que uma criança menor de dez anos atravesse a rua sozinha;
- ▶ entradas de garagens, quintais sem cerca, ruas ou estacionamentos não são locais seguros para brincar;
- ▶ tenha certeza de que as crianças usam o mesmo trajeto para destinos diários (como o da escola). Caminhe com seu filho para identificar o percurso mais seguro, com poucas ruas para atravessar.

Para ensinar um bom comportamento de pedestre você deve praticá-lo.

Observe as regras e ensine a criança a:

- ▶ olhar para os dois lados várias vezes antes de atravessar a rua e atravessar quando estiver livre e continuar olhando enquanto atravessa;
- ▶ usar a faixa de pedestres e, mesmo na faixa, olhar várias vezes para os dois lados, atravessando em linha reta;
- ▶ entender e obedecer os sinais de trânsito;
- ▶ não atravessar a rua por entre carros, ônibus, árvores e postes;
- ▶ nunca correr para a rua sem antes parar e olhar;
- ▶ observar os carros que estão virando ou dando ré;
- ▶ caminhar em fila indiana, e nunca lado a lado, quando estiver com outras crianças; e
- ▶ ao desembarcar do ônibus, esperar que o veículo pare totalmente e aguardar que ele se afaste para atravessar a rua.

De bicicleta, skate ou patins deve-se usar capacete

- ▶ Os pés da criança devem alcançar o chão enquanto ela estiver sentada na bicicleta;
- ▶ compre um capacete que atenda aos padrões de qualidade, confortável e aconchegante, justo, mas nunca apertado; joelheiras e cotoveleiras podem aumentar a proteção;
- ▶ deixe a criança escolher a cor e o estilo do capacete. Assim, ela não vai tirá-lo quando você não estiver perto;
- ▶ tenha certeza de que a criança está usando o capacete corretamente;

converse com outros pais para que eles convençam os filhos a usar o capacete também. As crianças usam mais o capacete quando estão com outras que também usam;

Ensine a criança a:

- ▶ parar e olhar para a esquerda, a direita e a esquerda novamente antes de entrar numa rua;
- ▶ olhar para trás e esperar o trânsito que vem antes de virar para a esquerda num cruzamento;
- ▶ andar com o brinquedo apenas durante o dia.

Saiba mais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
SEPN 515, bloco B, ed. Ômega
Brasília (DF) - CEP 70770-502
(61) 3448-1000
Disque Intoxicação:
0800-722-6001
www.anvisa.gov.br

Projetos de lei

PLS 167/04 - Altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório o uso de dispositivo de retenção no transporte de crianças. Autora: senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

PLC 86/05 - Altera o Código de Trânsito Brasileiro no que se refere ao transporte de crianças nos bancos traseiros dos veículos de passageiros.